

Cristóvão de Mendonça, navegador no Oriente e capitão de Ormuz – Um desconhecido comendador de Arenilha

Cristóvão de Mendonça, navigator in the Orient and captain of Ormuz — an unknown comendador of Arenilha

*Fernando Pessanha**

Arquivo Histórico Municipal António Rosa Mendes/VRSA

Resumo

Identificados documentos que referem Cristóvão de Mendonça como comendador da vila de Arenilha, procurámos estabelecer a relação entre este donatário e o célebre capitão das armadas da Índia incumbido de descobrir a Ilha do Ouro e que mais tarde se veio a tornar capitão de Ormuz. Com o objectivo de perceber se estaríamos perante o mesmo indivíduo, o que constituiria uma importante novidade em relação ao nosso conhecimento acerca deste navegador, procurámos seguir uma metodologia de trabalho que passasse por reconstituir o percurso deste capitão até ao momento em que Cristóvão de Mendonça aparece referido como comendador da antiga comenda quinhentista localizada na foz do Guadiana. Para tal, confrontámos as fontes do séc. XVI, nomeadamente, as *Décadas da Ásia* de João de Barros e demais cronística, com estudos

* Doutorando em Património Histórico pela Universidade de Huelva. Arquivo Histórico Municipal de Vila Real de Santo António. Correo electrónico: fernando.pessanha@cm-vrsa.pt

genealógicos e documentação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no sentido de percebermos se o célebre navegador reunia as condições para ser agraciado com uma comenda da Ordem de Cristo.

Palavras-chave

Cristóvão de Mendonça; Ordem de Cristo; Arenilha; Algarve.

Abstract

Having identified documents referring to Cristóvão de Mendonça as commander of the town of Arenilha, we attempted to establish the relationship between this donatary (comparable to a royal governor) and the famous captain of the Indian fleets given the task of discovering the *Ilha do Ouro* (Golden Island), who later became captain of Ormuz. When trying to understand if we are dealing with the same individual, which would be an important development when it comes to our knowledge on this navigator, we attempted to use a work methodology which followed the reconstruction of his life up to the point when Cristóvão de Mendonça is mentioned as commander of the old 16th century *comenda* (a land grant, together with a duty to defend it from enemies and criminals) located in the mouth of the Guadiana river. To do this, we compared 16th century sources, namely the *Décadas da Ásia* by João de Barros and other chronicles, with genealogical studies and documentation from the National Archive of Torre do Tombo, with the intention of understanding if this famous navigator was the right kind of person to be awarded a *comenda* of the Order of Christ.

Keywords:

Cristóvão de Mendonça; Order of Christ; Arenilha; Algarve.

1. A vila de Arenilha

A História da antiga vila de Arenilha, fundada na margem portuguesa da foz do Guadiana, em 1513, continua envolta num cenário de contornos tão românticos quanto idílicos, não obstante os vários estudos que, nos últimos anos, se têm debruçado sobre a História do Algarve. Pontualmente, a tradição oral ainda arranca às brumas do esquecimento a memória da desaparecida vila - ou “*vileta*”, como apelidou Frei João de São José, em 1577¹. Porém, são escassas as investigações que têm tido Arenilha enquanto objecto de estudo, e a verdade é que o nosso conhecimento sobre o tema resume-se a alguns trabalhos que, de forma

1 JOSÉ, “Corografia do Reino do Algarve (1577)”, p. 55.

diligente, foram dados à estampa a partir segunda metade do séc. XX². Posto isto, verifiquemos, em traços muito gerais, o estado do conhecimento acerca desta vila e das suas gentes.

A Vila de Santo António, Santo António de Arenilha ou Santo António da Foz do Guadiana, são designações relativas à mesma povoação e que chegam a aparecer em simultâneo no séc. XVI. Foi ao abrigo de um plano de natureza económica, política, estratégica e militar que a vila de Arenilha foi fundada enquanto couto de homiziados junto à foz do Guadiana, “*asy e da maneira que ho he a nossa Villa de Crastro Marym*”³. É a Carta de Privilégio concedida por D. Manuel em 8 de Fevereiro de 1513, e posteriormente confirmada por D. João III, em 25 de Maio de 1526, a assinalar a fundação da “*nossa Villa darenilha que hora mandamos fazer e adifycar*”. No entanto, este topónimo já aparece referido em *O Livro das Fortalezas*⁴, produzido por Duarte de Armas, em 1509. De resto, a existência de um topónimo de origem castelhana - e que nos dá conta da

2 De entre estes trabalhos destacam-se, desde logo, Ataíde de OLIVEIRA, *Monografia do Concelho de Vila Real de Santo António*, (obra originalmente publicada em 1908). Seguindo o critério cronológico, segue-se de MAGALHÃES, *Para o Estudo do Algarve Económico Durante o Século XVI* (obra que, não obstante tratar a História económica do Algarve quinhentista na sua generalidade, não esquece a antiga vila de Arenilha); CORREIA, *Vila Real de Santo António – Urbanismo e Poder na Política Pombalina* (dissertação para doutoramento defendida em 1983. Refira-se que o compendioso *corpus* documental desta obra vem demonstrar que, apesar de Arenilha se ter despovoado no decurso do séc. XVII, nunca deixou de existir do ponto de vista institucional, continuado a Câmara de Arenilha em funções até à fundação de Vila Real de Santo António, em 1776); CAVACO, *Revisitando Santo António de Arenilha* (o primeiro trabalho exclusivamente dedicado à História da antiga vila de Arenilha); CAVACO, “Ecos da Expansão Portuguesa em Marrocos” (trabalho que apresenta interessantes novidades relativamente à publicação de 1985); GRILLO, “Na margem direita do Guadiana face a Espanha”; CORREIA, *O Algarve em Património* (obra onde também é tratada Arenilha); PESSANHA, *Os 500 anos da Fundação de Arenilha* (livro que visou a imprescindível actualização de conhecimentos sobre o tema por ocasião do V centenário da fundação da vila); PESSANHA, “V Centenário da Fundação de Santo António de Arenilha e a sua relação com Ayamonte”, pp. 77-95; PESSANHA, *Subsídios para a História do Baixo Guadiana e dos Algarves Daquém e Dalém-mar*. Deste então, a identificação de documentos aparentemente inéditos tem levado à publicação de novas interpretações nos órgãos de comunicação locais e nas *Jornadas de História de Ayamonte*, o que tem permitindo que, lenta e paulatinamente, se vá constituindo do puzzle do nosso conhecimento sobre a História de Arenilha. Ver PESSANHA, “Luís Leite – Nomeado alcaide de Arenilha há 460 anos”, p. 21; PESSANHA, “Luís Leite de Vasconcelos, alcaide de Arenilha – Acusado pela inquisição de sodomia?!”, p. 21; PESSANHA, “Ayamonte na Expansão Portuguesa para o Norte de África”.

3 A.N.T.T., *Chancelaria de D. João III*, liv. 12, fl.62. Documento publicado por CAVACO, *Revisitando*, pp. 27-28; GRILLO, “Na margem direita”, p.32; PESSANHA, *Os 500 anos*, p. 43.

4 A.N.T.T., *Códices e documentos de proveniência desconhecida*, N°159, PT-TT-CF-159_m0020; ARMAS, *O Livro das Fortalezas*, , fl.1.

natureza geomorfológica do espaço - ainda antes da elaboração do documento que manda proceder à construção da vila, pode perfeitamente indicar a ocupação sazonal daquele areal na margem portuguesa da foz do Guadiana por populações de pescadores de origem espanhola⁵.

Com efeito, as fontes documentais relativas a Arenilha não são muito abundantes, o que acaba por representar um entrave à investigação historiográfica. Ainda assim, não são de todo inexistentes. Para além de alguns documentos que podemos encontrar no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, existem também referências à antiga vila nalgumas crónicas da centúria quinhentista e que têm vindo a ser publicadas ao longo das últimas décadas. Nesse sentido, assumem especial destaque as *Visitações da Ordem de Santiago*⁶, de 1555, a *Relação da Jornada de el-rei D. Sebastião quando partiu da cidade de Évora*⁷, redigida pelo cronista João Cascão em 1574, a *Corografia do Reino do Algarve*⁸ de 1577, de Frei João de São José, e a *História do Reino do Algarve* de 1600, de Henrique Fernandes Sarrão⁹.

Resumidamente, sabemos que a vila foi um pequeno aglomerado de vocação marítima que encontrava na pesca a sua principal fonte de subsistência e que se via constantemente ameaçada pelos ataques da pirataria magrebina¹⁰. Contava apenas com quinze ou dezasseis *vizinhos* (fogos) em 1574, aquando da passagem de D. Sebastião pela foz do Guadiana¹¹. Ora, se tivermos em consideração que, durante o século XVI, cada vizinho era constituído por uma média de quatro ou cinco pessoas¹², rapidamente chegamos à conclusão que, por então, a população

5 PESSANHA, *Os 500 anos*, pp. 34-38; PESSANHA, “V Centenário...”, pp. 79-81.

6 CAVACO, “*Visitações*” da *Ordem de Santiago*, pp.242-246; LAMEIRA & SANTOS, *Visitação de Igrejas Algarvias*, pp. 105-108.

7 CASCÃO, “Relação da Jornada de el-rei D. Sebastião quando partiu da cidade de Évora”, pp.77-136.

8 JOSÉ, “Corografia do Reino do Algarve (1577)”, pp. 21-132.

9 SARRÃO, “História do Reino do Algarve”, pp. 133-174. Arenilha aparece referenciada noutras obras da Idade Moderna, como Massai, “Descrição do Reyno do Algarve”, in GUEDES, *Aspectos do Reino do Algarve nos Séculos XVI e XVII – A «Descrição» de Alexandre Massai (1621)*, pp. 89-234. No entanto, e uma vez que a balizagem a que nos propusemos incide concretamente no séc. XVI, optámos por concentrar-nos exclusivamente nas fontes quinhentistas.

10 PESSANHA, “Ataques da pirataria à foz do Guadiana e a acção de António Leite, alcaide-mor de Arenilha”, pp. 63-94.

11 CASCÃO, “Relação da Jornada de el-rei D. Sebastião...”, p. 120.

12 Joaquim Romero de Magalhães, por exemplo, defende que o coeficiente multiplicador para determinar o número de habitantes de um “vizinho” ou “fogo” deverá ser de 4,5. Ver MAGALHÃES, *Para o Estudo*, pp. 245-246, nota 2.

de Arenilha situar-se-ia entre as 60 e as 80 pessoas, ou seja; a vila nunca deixou de ser um lugar escassamente povoado, mesmo durante o auge da sua densidade demográfica¹³.

As fontes, já por si escassas, pouco ou nada nos dizem acerca dos arenilhenses que povoaram a margem portuguesa da foz do Guadiana. Sendo a população constituída por homiziados e gente humilde que encontrava na pesca o seu sustento, torna-se particularmente difícil seguir-lhes o rasto biográfico. Se exceptuarmos as informações facultadas pelo processo da inquirição de Jorge da Cunha, um natural “do lugar de Santo Antonio de Arenilha Reyno do Algarue”¹⁴, as únicas informações de que dispomos são relativas à “gente nobre da governança da terra”¹⁵ que, como Romero de Magalhães bem observou, mais não era que uma segunda categoria do estado da nobreza¹⁶. É exactamente nesse sentido que o presente artigo pretende apresentar um comendador da antiga vila de Arenilha até agora desconhecido.

2. Os senhores de Arenilha: alcaides e comendadores

Torna-se difícil seguirmos o rasto dos senhores de Arenilha. As crónicas quinhentistas atrás referidas e restante documentação avulsa referem os alcaides da vila da foz do Guadiana a partir de meados do séc. XVI, mais precisamente, a partir de 20 de Agosto de 1542¹⁷. Foram estas fontes que permitiram a Ataíde de Oliveira, baseando-se particularmente nos escritos de Frei João de São José, identificar os alcaides António Leite e Luís Leite em *Monografia do Concelho de Vila Real de Santo António*¹⁸, publicada pela primeira vez em 1908. Posteriormente, em 1995, Hugo Cavaco identificou o alcaide António Leite de Vasconcelos em *Revisitando Santo António de Arenilha*¹⁹, sendo que os outros donatários posteriormente identificados já ultrapassam a balizagem cronológica do séc. XVI.

13 PESSANHA, *Os 500 anos*, pp. 54-55.

14 A.N.T.T., *Tribunal do Santo Officio*, Inquirição de Lisboa, proc. 10654, fl.1. PESSANHA, *Os 500 anos*, pp. 104-107; PESSANHA, “Ayamonte nos processos da Inquirição do Arquivo Nacional da Torre do Tombo”, pp. 12-28.

15 MAGALHÃES, *Concelhos e organização municipal na época moderna: Miunças 1*, pp. 41-49; MAGALHÃES, “Uma Sociedade Cristalizada”, pp. 274-277.

16 MAGALHÃES, *Concelhos e organização*, p. 128.

17 A.N.T.T., *Chancelaria da Ordem de Cristo*, lv.13, fls. 375 v.–379 v.

18 OLIVEIRA, *Monografia*, p. 72.

19 CAVACO, *Revisitando*, p. 18.

Com efeito, a nomeação destes alcaides pressupõe a existência - ou a intenção - de uma vila acastelada ou fortificada e, de facto, sabemos que a vila de Arenilha foi fortificada com “*tramqueyras e repairos (...) de madeyra*” nos últimos anos da primeira metade do séc. XVI²⁰. Aliás, se a principal função do alcaide-mor, para além das funções administrativas e judiciais, era a defesa e a guarda do castelo (que devia sustentar até à morte)²¹, a referência ao “*alcaide moor*” presente na Carta de Privilégio de 8 de Fevereiro de 1513, poderá deixar antever a intenção do monarca em fortificar a nova vila da foz do Guadiana.

No entanto, e ainda que não sejam conhecidas referências aos alcaides de Arenilha até 1542, temos de ter em consideração que Castro Marim e a nova vila da foz do Guadiana apresentavam-se como as duas únicas comendas da Ordem de Cristo no Algarve. Naturalmente que estas comendas implicavam, desde logo, a existência de comendadores sobre os quais recaía o senhorio das ditas vilas, o que era compreendido como motivo de honra e de prestígio social numa sociedade ainda bastante influenciada pelas antigas tradições medievo-feudais. Estas comendas, enquanto benefício atribuído a cavaleiros professos nas ordens militares como recompensa por serviços prestados, compreendiam o direito à administração da localidade, e conferiam uma renda para sustentação do comendador beneficiário, configurando um recurso para os encargos da própria comenda.

3. Cristóvão de Mendonça

No decurso da investigação para o artigo “Ayamonte na Expansão Portuguesa para o Norte de África”²², deparámo-nos com dois documen-

20 Carta de António Leite a D. João III, em 16 de Novembro de 1542 - 1547? Documento parcialmente publicado por CAVACO, *Revisitando...*, pp. 16-17; GRILO, “Na margem direita...”, p. 44; PESSANHA, *Os 500 anos*, pp. 99-101. No “Índice Analítico das Cartas dos Governadores de África na Torre do Tombo”, o documento aparece com a seguinte designação: “*Carta a D. João III sobre a necessidade de fortificar a foz do Guadiana para fazer face aos ataques de mouros. Santo António da Foz do Guadiana*”. Ver PINTO, “Índice Analítico das Cartas dos Governadores de África na Torre do Tombo”, p. 267. Já o Arquivo Nacional da Torre do Tombo apresenta o mesmo documento como: “*Carta de António Leite para o rei dando-lhe conta que no lugar em que se encontrava atacava os mouros e que deles se defendia por meio de trincheiras, q que era necessário enviar-lhe socorro*”. Ver A.N.T.T., *Cartas dos Governadores de África*, N°78.

21 Segundo as Ordenações Manuelinas, “*incorria na pena de traição aquele que por sua culpa o perdesse*”. Ver ALMEIDA, *História de Portugal*, Vol. VII, p. 25; PESSANHA, *As Guarnições Militares nas Praças Portuguesas da Região da Duquesa, no Algarve Dalém-mar*, p. 97.

22 PESSANHA, “Ayamonte na Expansão Portuguesa...”, pp. 86-82.

tos inéditos que, desde logo, chamaram a nossa atenção. Trata-se de duas cartas em que Cristóvão de Mendonça aparece referido como comendador de Arenilha. Não abordaremos o conteúdo destes documentos, visto terem sido objecto de análise no referido artigo. Importa, no entanto, debruçarmo-nos sobre a identidade do comendador de Arenilha Cristóvão de Mendonça. Quem era? Qual o seu contexto familiar e social?

Com efeito, quer o nome quer a cronologia (década de 20 do séc. XVI) remete-nos automaticamente para Cristóvão de Mendonça, capitão das armadas da Índia em 1519 e 1527²³, capitão-mor da armada destinada a descobrir a Ilha do Ouro, em 1522²⁴, e capitão de Ormuz entre 1527 e 1531/1532²⁵. Por outras palavras, o célebre navegador português que, de acordo com as teorias de autores como Kenneth McIntyre²⁶ ou Peter Trickett²⁷, foi o descobridor da Austrália, 250 anos antes da chegada do capitão Cook! Aliás, a teoria da descoberta da Austrália pelos portugueses não é propriamente novidade, tendo vindo a consubstanciar-se des-

23 BARROS, *Da Ásia – Década III*, Pt I, III, Cap. IX, p. 325. Ver também GÓIS, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manuel*, IV, Cap. XXXVI, p. 515; CASTANHEDA, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, V, Cap. XV, p. 27; SOUSA, *Asia...*, Tomo I, Pt III, Cap. III, p. 190.

24 BARROS, *Da Ásia – Década III*, Pt I, IV, Cap. III, pp. 412-413. Ver também Relação dos navios que servem na Índia (1522 Maio 11). Documento publicado in *Documentos Sobre os Portugueses em Moçambique e na Ásia Central 1497-1840*, Vol. VI, p. 96.

25 BARROS, *Da Ásia – Década IV*, II, Cap. III, p. 73. Ver também CORREIA, *Lendas da Índia*, Vol. III, Pt I, Cap. XVI, p. 182; SOUSA, *Anais de D. João III*, Vol. II, IV, Cap. I, p. 1; SOUSA, *Asia...*, Tomo I, Pt IV, Cap. II, p. 256.

26 O australiano Kenneth McIntyre, professor de Literatura, Direito, e aficionado da História Portuguesa, foi um dos mais célebres defensores da teoria da descoberta da Austrália por Cristóvão de Mendonça. McIntyre defendeu esta teoria com base na análise de um mapa luso-francês de 1538, o designado Mapa Delfim, que apresenta uma ilha de Java bastante semelhante à Austrália. McIntyre refere ainda um navio de mogno afundado, alegadamente pertencente à frota de Mendonça, ainda que os destroços da embarcação nunca tenham sido encontrados. A embarcação teria encalhado nas dunas perto de Warrnambool, estado de Victoria, a oeste de Melbourne. Dois caçadores de focas afirmaram terem visto os seus destroços em 1836. Actualmente, o barco é considerado uma lenda e a sua história é celebrada em Warrnambool, nomeadamente, no festival português que aí tem lugar de dois em dois anos. Ver MCINTYRE, *A Descoberta Secreta da Austrália – A façanha portuguesa 250 anos antes do Comandante Cook*, 1989.

27 Mais recentemente, em 2007, o livro do jornalista Peter Trickett reavivou a tese da descoberta da Austrália por Cristóvão de Mendonça. Desta vez com base na interpretação do mapa do Atlas Vallard de 1547, cujo original está condicionado na Biblioteca de Huntington e onde dois destes mapas apresentam vários topónimos da costa australiana escritos em português. Ver TRICKETT, *Para Além de Capricórnio. Como os navegadores portugueses descobriram e cartografaram secretamente a costa da Austrália e da Nova Zelândia, 250 anos antes da chegada do capitão Cook*.

de a segunda metade do séc. XIX, a partir dos estudos do Visconde de Santarém²⁸ e do historiador inglês Henry Major²⁹. De resto, nem o nome de Cristóvão de Mendonça enquanto alegado descobridor da Austrália, nem a data de 1522 em que se terá dado a descoberta são novidade para a historiografia nacional, uma vez que já anteriormente foram defendidos por investigadores como Armando Cortesão³⁰, Duarte Leite³¹ e António Pereira Cardoso³².

Não é, porém, intenção do presente artigo discutir as teorias destes autores, nomeadamente, a teoria de Trickett. Para tal, já o Museu da Ciência da Universidade de Coimbra realizou, em 2008, um colóquio e uma mesaredonda com historiadores de reconhecida credibilidade. De resto, as atas deste encontro foram publicadas com o título *Portugueses na Austrália: as Primeiras Viagens*³³, publicação em que, de acordo com a comunidade científica, a exploração da costa australiana pelos portugueses parece indiscutível, dado os diversos indícios, como os achados arqueológicos³⁴, os relatos orais de aborígenes³⁵ ou a cartografia da escola de Dieppe³⁶.

Porém, e independentemente das teorias construídas em torno de Cristóvão de Mendonça e da alegada descoberta da Austrália, interessa-nos determinar se este navegador e capitão de Ormuz é o mesmo Cristóvão de Mendonça comendador de Arenilha.

28 SILVA, “Diogo Pacheco, capitão-mor da primeira expedição portuguesa à Austrália, em 1519”, p. 111, nota 1.

29 ALBUQUERQUE, “Major, Richard Henry (1818-1891)”, *Dicionário de História de Portugal*, Vol. IV, pp. 141-142. Ver também DOMINGUES, “Os portugueses descobriram a Austrália?”, pp. 163-164. Refira-se que este último, por exemplo, atribuiu a descoberta do continente austral a António de Abreu, em 1512, e que, segundo o historiador José Manuel Azevedo e Silva, “Diogo Pacheco foi o primeiro português a descobrir a Austrália, em 1519”. Ver SILVA, “Diogo Pacheco, capitão-mor...”, p. 119. Do mesmo autor ver também “Viagens e mistérios nos mares da Indonésia e da Austrália, no século XVI”, p. 19.

30 CORTESÃO, “A Expansão Portuguesa através do pacífico (Australásia, Macau, Japão)”, pp. 156-159.

31 LEITE, *História dos Descobrimentos*, pp. 329-334.

32 CARDOSO, *A provável viagem de Cristóvão de Mendonça à Austrália em 1522*.

33 Os resultados deste colóquio concluem que a “tese” de Trickett aponta algumas pistas de trabalho interessantes, ainda que careça de fundamentação científica. Ver SIMÕES & DOMINGUES (coord), *Portugueses na Austrália: as Primeiras Viagens*.

34 Referimo-nos, concretamente, a peças de artilharia, destroços de um navio, potes de barro, antigas ruínas em pedra, um elmo de ferro e um projectil de canhão. TRICKETT, *Para Além de Capricórnio*, pp. 47-57, 199-202, 203-204, 210-211, 242-250.

35 TRICKETT, *Para Além de Capricórnio*, pp. 67-69.

36 Trata-se da localidade francesa onde foi feito o Atlas de Vallard, que serviu de base ao livro de Trickett. Ver TRICKETT, *Para Além de Capricórnio*, p. 29.

4. Contexto social e familiar

Com efeito, o Cristóvão de Mendonça das crónicas portuguesas do séc. XVI era filho de Diogo de Mendonça, alcaide-mor de Mourão e anadel dos besteiros³⁷. Segundo Damião de Góis, Diogo de Mendonça acompanhou o duque de Bragança na conquista de Azamor³⁸. Casou com D. Brites Soares de Albergaria, filha bastarda de Fernão Soares de Albergaria, senhor do Prado³⁹. De acordo com as genealogias avançadas pelo *Nobiliário das famílias de Portugal* ou pelo *Livro de Linhagens do século XVI*, Cristóvão de Mendonça teve seis irmãos: Pêro de Mendonça, alcaide-mor de Mourão, António de Mendonça, cavaleiro da Ordem de Cristo, Isabel de Mendonça, Margarida de Mendonça, Joana de Mendonça, mulher de D. Jaime, duque de Bragança, e Francisco de Mendonça⁴⁰.

Quanto a Cristóvão de Mendonça, sabemos que desposou Maria de Vilhena, filha de Sancho de Tovar e de sua mulher Guiomar da Silva, ainda que o casal não tenha tido descendência. O *Livro do Armeiro-Mor*, publicado em 1509, apresenta o brasão de armas dos Mendonças⁴¹, numa altura em que o alcaide-mor de Mourão era Diogo de Mendonça, pai de Cristóvão. Também o *Livro da Nobreza e da perfeição das armas dos reis cristãos e nobres linhagens dos reinos e senhorios de Portugal*, de António Godinho, escrivão da Câmara de D. João III, apresenta o brasão de armas dos Mendonças numa altura em que o alcaide-mor de Mourão era Pedro de Mendonça, irmão de Cristóvão. Refira-se que António Godinho terá começado a produzir este trabalho entre o fim do reinado de D. Manuel e o início do reinado de D. João III, período que corresponde à presença de Cristóvão de Mendonça no Oriente e à sua expedição à Ilha do Ouro⁴². Pouco se sabe acerca da infância e juventude de Cristóvão.

37 Diogo de Mendonça tinha sido fidalgo da casa do príncipe D. João e foi alcaide-mor de Mourão pelo menos desde 1476 até falecer, em 1516, altura em que o cargo passou para o seu filho Pêro de Mendonça. Ver FREIRE, *Brasões da Sala de Sintra*, Vol. III, p. 173. Por sua vez, Pêro de Mendonça, fidalgo da Casa Real, foi nomeado alcaide-mor do castelo e vila de Mourão com todas as rendas, direitos, foros, tributos, liberdades e honras, em consideração aos serviços prestados pelo seu pai Diogo de Mendonça, em 14 de Julho de 1517. Ver A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 37.

38 GÓIS, *Chronica*, III, Cap. XLVI, p. 367.

39 GAYO, *Nobiliário das famílias de Portugal*, Tomo XX, p. 53.

40 GAYO, *Nobiliário...*, Tomo XX, p. 53; FARIA, *Livro de Linhagens do Século XVI*, p. 275.

41 BORGUES, *Livro do Armeiro-Mor*, p. 60.

42 Cf. A.N.T.T. *Livro da Nobreza e da perfeição das armas dos reis cristãos e nobres linhagens dos reinos e senhorios de Portugal*, f.12 (on line), <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4162407>

Seja como for, aparece referido na documentação como fidalgo da Casa Real logo em 1514⁴³. Se seguirmos as *Décadas da Ásia*, apercebemo-nos de que “*Christovão de Mendonça filho de Diogo de Mendonça Alcaide mór de Mourão*”⁴⁴ partiu para o Oriente em 23 de Abril de 1519, na armada de Jorge de Albuquerque composta por 14 naus. Sigamos, portanto, o rasto biográfico deixado por Cristóvão durante a sua primeira viagem ao Oriente.

5. Cristóvão de Mendonça no Oriente

5.1. A expedição à Ilha do Ouro

Decorria o ano de 1519 quando Diogo Lopes de Sequeira, o então governador da Índia, incumbiu Diogo Pacheco de obter informações sobre a existência da mítica Ilha do Ouro que, segundo João de Barros, se encontrava “*ao Sul daquela Ilha Çamatra*”⁴⁵. Ao chegar ao porto de Barus, Diogo Pacheco tomou conhecimento da existência de uma outra ilha situada a sudeste do arquipélago indonésio, para a qual os naturais do reino de Barus já tinham navegado, de modo a obterem ouro através do trato com os indígenas⁴⁶. Recolhidas estas informações, Diogo Pacheco navegou ao largo da Ilha de Samatra, seguindo para sudeste. Porém, ao chegar ao estreito de Sunda, entre Samatra e Java, optou por navegar para noroeste, circum-navegando Samatra até chegar a Malaca.

No ano seguinte, em 1520, o mesmo navegador tentou repetir a exploração. Porém, ao aproximar-se do porto de Barus, foi recebido por navios hostis, que lhe recusaram a entrada com tiros de bombarda. Quanto a Diogo Pacheco, acabaria por vir a falecer num recontro com os habitantes de uma ilha, depois de o seu navio encalhar na costa⁴⁷.

43 Provisão para se pagar a Cristóvão de Mendonça, fidalgo da Casa, 7 mil réis de moradia. A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Pt II, maço 51, N°26.

44 BARROS, *Da Ásia – Década III*, Pt I, III, Cap. IX, p. 325. Ver também GÓIS, *Chronica*, IV, Cap. XXXVI, p. 515; CASTANHEDA, *História do Descobrimento*, p. 27; SOUSA, *Asia*, Tomo I, Pt III, Cap. III, p. 190; ABREU, *Livro de Lisuarte de Abreu*, fl.37v-38.

45 BARROS, *Da Ásia – Década III*, Pt I, III, Cap. III, p.268. O mito em torno da existência de uma ilha do Ouro tem origem numa confusão antiga com a ilha de Samatra, onde se produzia ouro em Minangkabau, facto que os portugueses conheceram. Sobre a mítica Ilha do Ouro veja-se THOMAZ, “A expedição de Cristóvão de Mendonça e o descobrimento da Austrália”, pp. 66-73.

46 BARROS, *Da Ásia – Década III*, Pt I, III, Cap. III, p. 269.

47 BARROS, *Da Ásia – Década III*, Pt I, III, Cap. III, p. 273. Ver também SOUSA, *Asia...*, Tomo I, Pt III, Cap. III, p.187. Diz-nos João de Barros que Diogo Pacheco, ao ver-se com vento que lhe era contrário e face aos indígenas que se metiam nas suas em-

Como anteriormente referimos, foi em 23 de Abril de 1519 que D. Manuel enviou para a Índia uma armada comandada por Jorge de Albuquerque, onde seguia “*Christovão de Mendouça filho de Diogo de Mendouça Alcaide mór de Mourão*”. Identificado Cristóvão de Mendonça como um dos capitães desta armada, resta-nos perceber porque motivo se terá aventurado no projecto expansionista português no Oriente. Como anteriormente vimos, Cristóvão era filho de Diogo de Mendouça, alcaide-mor de Mourão. Porém, não era filho primogénito. Quer isto dizer que, com o falecimento do seu pai, a alcaidaria de Mourão passou para o seu irmão mais velho, Pêro de Mendonça, em 1517⁴⁸. É nesse sentido que Cristóvão de Mendonça terá encontrado nos serviços na Índia o meio de ascensão social para os filhos secundogénitos, uma vez que estes dependiam da generosidade régia para a obtenção de tenças e mercês que permitissem a manutenção ou elevação do seu estatuto. Vemos, deste modo, que a participação de Cristóvão no projecto expansionista português se apresentava perfeitamente normal, se tivermos em conta o seu contexto social e familiar, assim como a sua condição de secundogénito⁴⁹.

Ao seguirmos a crónica de João de Barros apercebemo-nos de que a armada que partiu para a Índia em 1519 apenas chegou ao destino em 1520, por motivo de invernada em Moçambique, onde Cristóvão se deteve com outros sete capitães⁵⁰. De resto, uma carta datada de 22 de Janeiro

barcações para lhe tomarem o navio, tentou evadir-se para o alto mar. Porém, ao ser arrastado para a costa, acabou por vir a perecer, tendo apenas escapado alguns malaioes que atravessaram a ilha até à costa norte, onde encontraram embarcação para os levar a Malaca. As últimas palavras de João de Barros sobre esta viagem tem levado alguns autores a considerarem que Diogo Pacheco terá perecido na Austrália: “*esta perdição de Diogo Pacheco, que foi o primeiro dos nossos que perdeo a vida por descobrir esta Ilha do ouro*”. É o caso de Trickett ou de José Manuel Azevedo e Silva, para quem Diogo Pacheco foi o primeiro português a descobrir a Austrália, tendo alcançado a costa noroeste da ilha, em 1519. Ver SILVA, “Diogo Pacheco, capitão-mor...”, pp. 111-119.

48 A tença que é atribuída a Beatriz Soares, viúva de Diogo de Mendonça, indica que este já tinha falecido em Julho de 1516. Ver A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 9, fl.4v. Pêro de Mendonça, fidalgo da Casa Real, foi nomeado alcaide-mor do castelo e vila de Mourão com todas as rendas, direitos, foros, tributos, liberdades e honras, em consideração aos serviços prestados pelo seu pai Diogo de Mendonça, em 14 de Julho de 1517. Ver A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 37, fl.64. Ver também FREIRE, *Brasões...*, Vol. III, p. 173.

49 COSTA, “A Nobreza e a Expansão. Particularidades de um fenómeno social complexo”, pp. 11-51.

50 CASTANHEDA, *História do Descobrimento...*, V, Cap. XX, p. 38 e Cap. XXX, p. 56.

ro de 1521 atesta a presença de Mendonça e de seus homens em Goa⁵¹, tal como a *Relação dos navios que servem na Índia (1522 Maio 11)* confirma a sua passagem pela capital do Estado da Índia no mesmo ano⁵².

Seja como for, a armada que partiu em 1519 levava ordens de D. Manuel para o governador Diogo Lopes de Sequeira. Determinava o monarca português que o governador da Índia escolhesse alguém da sua confiança para ir descobrir a Ilha do Ouro⁵³. Por outras palavras, D. Manuel pretendia que se desse continuidade às explorações iniciadas por Diogo Pacheco. Tal como podemos acompanhar no mesmo capítulo da *Década III da Ásia*, foi Diogo Lopes de Sequeira a escolher “*Christovão de Mendonça filho de Pero de Mendonça Alcaide mór de Mourão*”⁵⁴ para tal missão⁵⁵. A documentação mostra-nos que Cristóvão se encontrava em Goa, em Janeiro de 1521⁵⁶, e que partiu de Cochim em 4 de Maio de 1521⁵⁷. Se seguirmos a *Relação dos navios que servem na Índia (1522 Maio 11)*, apercebemo-nos de que a armada comandada por Mendonça e destinada a descobrir a Ilha do Ouro era constituída por quatro navios: o navio São Cristóvão, em que o próprio viajava; a caravela Rosário, comandada pelo capitão Pedro Eanes Francês; o bergantim Santo António, comandado pelo capitão Francisco Poles; e um paraú comandado pelo capitão Gonçalo Homem⁵⁸. Esta armada terá chegado à Ilha de Samatra por volta de Junho.

51 Ver Conhecimento em que se declara que Diogo Lourenço recebeu do feitor de Goa, Francisco Cornivel, 8 cruzados para mantimento da gente de Cristóvão de Mendonça. A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Pt II, maço 93, N°150.

52 Ver “Relação dos navios que servem na Índia (1522 Maio 11)”. Documento publicado *Documentos Sobre os Portugueses...*, Vol. VI, p.100.

53 BARROS, *Da Ásia – Década III*, Pt I, IV, Cap. III, p. 412.

54 BARROS, *Da Ásia – Década III*, Pt I, IV, Cap. III, p. 413. O cronista, porém, engana-se ao referir o parentesco, uma vez que o navegador incumbido de descobrir a Ilha do Ouro era Cristóvão de Mendonça, irmão (e não filho) de Pêro de Mendonça.

55 Note-se, portanto, que ao contrário do que é defendido por Tricket – que tenta colocar esta expedição ao nível da viagem de Vasco da Gama à Índia - não houve qualquer ordem real a nomear Cristóvão de Mendonça como capitão da expedição destinada a descobrir a mítica ilha, tendo sido o então governador da Índia a escolher o capitão para tal empreendimento. Ver TRICKETT, *Para Além de Capricórnio*, pp. 80-81.

56 Conhecimento em que se declara que Diogo Lourenço recebeu do feitor de Goa, Francisco Cornivel, 8 cruzados para mantimento da gente de Cristóvão de Mendonça. A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Pt II, maço 93, N°150.

57 Cristóvão de Mendonça partiu acompanhado por Jorge de Brito, que ia para as Molucas, onde deveria construir uma fortaleza e interceptar Fernão de Magalhães. Ver THOMAZ, “A expedição de Cristóvão de Mendonça...”, p. 97.

58 Relação dos navios que servem na Índia (1522 Maio 11). Documento publicado in *Documentos Sobre os Portugueses...*, Vol. VI, p. 96.

A primeira referência a Cristóvão de Mendonça aparece aquando da sua passagem pelo porto de Pedir⁵⁹, onde encontrou Rafael Catanho, que então regressava de Achém, no extremo noroeste da ilha de Samatra⁶⁰. Pouco tempo depois chegava àquele porto de Pedir o que restava da armada de Jorge de Brito, morto em combate juntamente com grande número de portugueses, após um confronto com as forças do rei de Achém⁶¹. Cristóvão de Mendonça, ao encontrar aquela armada desbaratada e sem capitão, pretendeu colocá-la sob seu comando⁶². Porém, os poucos fidalgos sobreviventes não o consentiram, alegando que o comando deveria ser entregue a António de Brito, o irmão do falecido capitão, que se deveria juntar à armada depois de consertar o seu navio⁶³.

Cristóvão de Mendonça rumou então a Pacém, onde se deveria reabastecer de mantimentos para dar continuidade à viagem. Todavia, ao chegar a este ponto da narrativa, diz-nos João de Barros que “*o tempo não era da monção pera onde cada hum havia de ir, principalmente a de Christovão de Mendoça, que era já passada*”⁶⁴. A acrescentar ao facto de o navegador ter perdido os ventos de monção, acresce que o capitão de Malaca, Jorge de Albuquerque, se encontrava em Pacém a construir uma fortaleza destinada a proteger uma feitoria, cujo principal objecti-

59 Porto de grande importância no comércio do Índico, situado na parte nordeste da Ilha de Samatra. O desenvolvimento de Pedir, assim como o de Pacém, relaciona-se estreitamente com a propagação do islão na Indonésia ocidental. Em 1509, Diogo Lopes de Sequeira assinou um tratado com o sultão de Pedir e, com a conquista de Malaca, o seu principal comércio passou a ser dirigido para esta cidade. Sobre Pedir veja-se S.S., “Pedir”, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses* (Dir. Luis de Albuquerque), Vol. II, pp. 870-872.

60 O sultanato islâmico de Achém foi uma das entidades que mais se opôs aos interesses dos portugueses estabelecidos em Malaca. Fundado por um descendente do rei de Pedir, transformou-se num reino poderoso que conquistou várias terras na ilha de Samatra e ao qual outros reinos pagavam tributo. Ver GARCIA, *Cidades e Fortalezas do Estado da Índia – Séculos XVI e XVII*, pp. 198-200.

61 Este confronto com o reino de Achém é também narrado por Damião de Góis e Fernão Lopes de Castanheda. Ver GÓIS, *Chronica...*, IV, Cap. LXVII, pp. 566-567; CASTANHEDA, *História do Descobrimento*, V, Cap. LXV, pp. 107-109.

62 BARROS, *Da Ásia – Década III*, Pt I, V, Cap. III, p.546. Fernão Lopes de Castanheda, ainda que não refira Cristóvão, revela que “*como os nauios não tinham capitães ouue alguns que se quiseram levantar coeles & irse a diversas partes a fazer presas*”. CASTANHEDA, *História do Descobrimento*, pp. 107-110.

63 Com efeito, com a chegada de António de Brito, foi apresentada uma provisão de D. Manuel I que o nomeava capitão daquela armada, em caso de falecimento de Jorge de Brito.

64 BARROS, *Da Ásia – Década III*, Pt I, V, Cap. III, p. 548.

vo consistia na recolha de pimenta que se produzia na região⁶⁵. Foi nesse sentido que Jorge de Albuquerque determinou que todos os capitães que se encontravam em Pacém ali permanecessem em “*favor daquela fortaleza em quanto ella não estava em estado pera se poder defender*”⁶⁶.

Vemos, deste modo, que a expedição de Cristóvão rumo à Ilha do Ouro foi interrompida em função da necessidade que os portugueses sentiram em se fortificarem naquele ponto da ilha de Samatra. Aliás, é o próprio cronista a referir que a presença de Cristóvão e dos outros capitães foi providencial para que a fortaleza se pudesse construir, já que os adversários os atacavam de forma sistemática. Num desses ataques, Melique Ladil, um mouro que reivindicava para si o reino de Pacém, aproximou-se da fortaleza com treze lancharas⁶⁷, atrevido-se a deitar fogo à fortificação. Foi então que Cristóvão e os outros capitães saíram em sua perseguição, desbaratando o adversário e confiscando-lhe todas as embarcações para serviço à fortaleza. Usando as palavras de Manuel de Faria e Sousa, “*Cristoval de Mendouça, que bien fuerõ menester para resistir y humillar despues a un orgulloso Moro que com algunos baxeles de remo infectava aquella marina*”⁶⁸. Finalmente, terminada a empreitada, Cristóvão de Mendonça voltou a partir para Malaca⁶⁹.

Tal como Diogo Pacheco, é possível que o navegador português tenha contornado Samatra, antes de partir para Malaca. De acordo com Luís Filipe Thomaz, é provável que o navegador, durante a viagem, tenha descoberto uma ilha que deve ter tomado pela Ilha do Ouro, ainda que, constatado o erro, a tenha baptizado com o nome que ainda hoje tem: Ilha do Engano. Seja como for, temos notícia de que a armada já se encontrava em Malaca em finais de 1521, onde a caravela Santa Maria do Rosário recebeu mantimentos em 10 de Dezembro, para poder seguir

65 Esta fortaleza foi concebida para proteger uma feitoria cujo principal objectivo consistia na recolha da pimenta. Porém, este enclave veio a revelar-se de difícil manutenção devido aos ataques de que era alvo parte dos habitantes de Achém. Os portugueses acabariam por abandonar a fortaleza em Maio de 1523, não tendo ficado qualquer testemunho iconográfico deste efêmero estabelecimento. Castanheda, porém, refere tratar-se de uma fortaleza “*feyta em breue tempo tempo com muros, baluartes, & torres de madeyra, & cercada de caua (...) & muyto bem artilhada*”. Ver CASTANHEDA, *História do Descobrimento...*, V, Cap. LXIII, pp. 106-107. Damião de Góis explica a conjuntura político-militar que levou à construção desta fortaleza. Ver GÓIS, *Chronica...*, IV, Cap. LXVI, pp. 564-566.

66 BARROS, *Da Ásia – Década III*, Pt I, V, Cap. III, p. 548.

67 Navios de remos então usados naquela zona do Oriente.

68 SOUSA, *Asia...*, Tomo I, Pt III, Cap. V, p. 202.

69 BARROS, *Da Ásia – Década III*, Pt I, V, Cap. III, p. 549.

para Pacém, enquanto a nau São Cristóvão apenas os recebeu em 10 de Janeiro de 1522, para depois seguir para Ormuz⁷⁰. Quer isto dizer que Cristóvão de Mendonça não terá tido tempo suficiente para chegar à Ilha do Ouro nesse ano de 1521. Pelo menos é o que podemos depreender quando João de Barros refere a permanência de Cristóvão em Mendonça no auxílio à construção da fortaleza de Pacém.

Não encontramos, portanto, elementos nas *Décadas da Ásia* que nos permitam afirmar que este navegador português terá prosseguido viagem para o sul de Samatra e encontrado a mítica Ilha do Ouro, identificada com a Austrália. Ainda assim, têm sido vários os historiadores, nomeadamente Armando Cortesão, a defenderem não haver motivo para se duvidar de que Cristóvão terá seguido com a exploração de que fora incumbido no ano seguinte, aproveitando a monção do princípio de 1522. Note-se que o próprio Luís de Albuquerque, ainda que avesso a esta teoria, não deixa de estranhar o facto de as *Décadas da Ásia* não referirem quais os serviços especiais prestados por Mendonça que justifiquem a sua nomeação para a rentável e apetecível capitania de Ormuz⁷¹, “*tam viçosa, e abastada, q dizem os moradores della, q o Mundo é hu anél, e Ormuz hua pedra preciosa engastada nelle*”⁷². Como a seguir veremos, a nomeação para a capitania de Ormuz não foi a única benesse com que o navegador foi agraciado, após o seu regresso ao reino.

5.2. A viagem de regresso ao reino

Segundo Trickett, nada se sabe sobre Cristóvão de Mendonça nos seis anos posteriores à expedição que tinha por objectivo a descoberta da Ilha do Ouro⁷³. Como veremos, esta ideia não corresponde à realidade. Sabe-se, por exemplo que, depois de o navegador ter estado em Ormuz e na Índia, regressou a Portugal em 1524, tendo-se detido em Março ou Maio desse ano na aguada de Saldanha, na actual África do Sul, tal como ficou atestado numa inscrição que aí foi encontrada.

Com efeito, decorria o ano de 1989 quando foi identificada uma inscrição portuguesa em Golden Acre, no sopé de Adderley Street, na Cidade do Cabo. Desta inscrição fracturada sobreviveu um fragmento com 25

70 THOMAZ, “A expedição de Cristóvão de Mendonça...”, p. 76,

71 ALBUQUERQUE, “Mendonça, Cristóvão de”, *Dicionário de História de Portugal*, p. 258.

72 BARROS, *Da Ásia – Década II*, II, Cap. II, p. 48.

73 Cf. TRICKETT, *Para Além de Capricórnio*, p. 87.

cm de largura por 10 cm de altura, que foi recolhido pelo South African Museum. Na altura, um arqueólogo do South African Museum pensou tratar-se de inscrição funerária de D. Lourenço de Almeida, um navegador português que, numa viagem de regresso ao reino, desembarcou na Baía do Saldanha em Dezembro de 1509, de modo a castigar uns indígenas. Porém, acabou por falecer nesse encontro juntamente com muitos outros elementos da sua tripulação, o que levou o referido arqueólogo a interpretar o achado como uma inscrição funerária.

Entretanto, em Janeiro de 1990, o Prof. Eric Axelon comunicou à Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses a descoberta da inscrição. Axelon adiantava poder tratar-se de um artefacto representativo da passagem de Duarte de Meneses pela Cidade do Cabo, em 1524. Porém a leitura e interpretação de Mário Jorge Barroca, assistente de Arqueologia Medieval da Universidade do Porto, veio a invalidar as suposições de Axelon e do arqueólogo do South African Museum. De acordo com Mário Jorge Barroca, este documento epigráfico refere-se a Cristóvão de Mendonça, ainda que o estado de conservação desta inscrição dificulte a interpretação do seu conteúdo⁷⁴. Luís Filipe Thomaz, que também abordou esta inscrição, faz uma leitura ligeiramente diferente, mas que concorda quanto ao essencial do conteúdo⁷⁵. De resto, é interessante notar que, para além dos supra citados autores, apenas encontrámos referências a este documento epigráfico em Luís de Albuquerque⁷⁶, António Pereira Cardoso⁷⁷ e José Manuel Garcia⁷⁸.

De modo geral, a inscrição identificada na Cidade do Cabo vem demonstrar, efectivamente, que Cristóvão empreendeu a viagem de regresso ao reino em 1524, sendo provável que tenha partido de Cochim logo no início do ano. Sabemos que se encontrava no sul de África em Março ou Maio. No entanto, e ainda que esta epígrafe se apresente como um elemento de grande interesse para a reconstituição do percurso de Cristóvão, continuamos sem saber o que terá feito e por onde terá navegado entre os inícios de 1522, quando recebeu mantimentos para seguir

74 “Inscrição portuguesa descoberta na África do Sul”, pp. 17-18.

75 THOMAZ, “A expedição de Cristóvão de Mendonça”, p. 79.

76 ALBUQUERQUE, “Mendonça, Cristóvão de”, *Dicionário de História dos Descobrimentos*, Vol. II, pp. 727-728.

77 CARDOSO, *A provável viagem*, pp.10-19.

78 GARCIA, *O Mundo dos Descobrimentos Portugueses - O Mais Longínquo Oriente 1515 – 1555*, N° 8, p. 98.

para Ormuz, e os inícios de 1524, quando partiu da Índia para regressar a Portugal. Terá ele permanecido todo esse tempo em Ormuz? Ou terá dado continuidade às explorações que lhe tinham sido incumbidas pelo governador Diogo Lopes de Sequeira?

6. Rendas, mercês e distinções

6.1 Tenças recebidas

Referimos há pouco não ser correcta a ideia de nada se saber sobre Cristóvão de Mendonça nos seis anos posteriores à expedição que tinha por objectivo a descoberta da Ilha do Ouro. De facto, para além da inscrição encontrada na Cidade do Cabo e que atesta a passagem de Mendonça pelo sul de África, também existem alguns documentos acondicionados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo que revelam informações interessantes para o período correspondente à sua passagem pelo reino, entre finais de 1524 e 1527. São exactamente esses documentos que nos dão conta das rendas, mercês e distinções com que este navegador foi agraciado.

Sabemos que em 4 de Julho de 1526, por exemplo, D. João III mandou o almoxarife de Aveiro dar a Cristóvão de Mendonça, “*fidalgão da sua casa*”, 50.000 réis de tença, que ficaria assentada na alfândega da cidade de Lisboa⁷⁹. Seria esta uma tença generosa? A resposta a esta questão levou-nos a comparar este valor com as tenças auferidas pelos seus familiares e por outros navegadores seus contemporâneos. Foi nesse sentido que constatámos que o célebre navegador e cosmógrafo Duarte Pacheco Pereira, depois de inúmeros serviços prestados à Coroa, recebeu uma tença anual de 50.000 reais nesse mesmo ano de 1526⁸⁰. Tristão da Cunha, célebre navegador e comandante naval português, nomeado por D. Manuel para primeiro governador da Índia, em 1505⁸¹, e pai de Nuno da Cunha, Governador da Índia entre 1528 e 1538⁸², recebeu 40.000 réis

79 A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Pt II, maço 134, N°57.

80 J.B. de C., “Pereira, Duarte Pacheco”, *Dicionário de História de Portugal*, Vol. V, pp. 52-54; COSME, “Os homens de ciência”, pp. 91-97.

81 E. S., “Cunha, Tristão da (1460-1540)”, *Dicionário de História de Portugal*, Vol. II, p. 260. Sobre Tristão da Cunha veja-se também CARVALHO, “Tristão da Cunha e a Expansão Manuelina”, pp. 199-226.

82 E. S., “Cunha, Nuno da (1487-1539)”, *Dicionário de História de Portugal*, Vol. II, pp. 258-259. Sobre Nuno da Cunha veja-se também CARVALHO, *Nuno da Cunha e os capitães da Índia (1529-1538)*.

de tença no mesmo ano de 1526⁸³. Quer isto dizer que Cristóvão recebeu uma tença generosa ao voltar ao reino? Talvez. Note-se que o pai de Cristóvão, Diogo de Mendonça, alcaide-mor de Mourão, recebia os mesmos 50.000 réis de tença em 1501⁸⁴ e em 1514⁸⁵, valor que o irmão de Cristóvão, Pedro de Mendonça, passou a auferir ao herdar a alcaidaria de Mourão, em 1517⁸⁶.

Para além dos 50.000 réis de tença, é o próprio Cristóvão de Mendonça a mandar Jacome Bentes receber de João de Azambuja 200.000 réis, em virtude da outra procuração que o dito Mendonça tinha feito para receber dos almoxarifes de Setúbal, Aveiro e Coimbra⁸⁷. Refira-se a este respeito que, ainda no mesmo ano, ordenou D. João III que o almoxarife de Aveiro pagasse ao já referido Tristão da Cunha 100.000 réis, para pagamento de 250.000 réis da sua tença⁸⁸, ou que Vasco da Gama, ao regressar ao reino depois de descobrir o caminho marítimo para a Índia, recebeu uma renda de 300.000 réis⁸⁹. Vemos, deste modo, que os rendimentos auferidos por Cristóvão de Mendonça aquando do seu regresso ao reino não foram propriamente modestos, quando comparados com os do primeiro governador da Índia ou com os do navegador e cosmógrafo Duarte Pacheco Pereira.

Por fim, surge-nos um documento datado de 13 de Abril de 1527 e que tem por título *Estabelecimento que Fernando Rodrigues como procurador de Cristóvão de Mendonça, fidalgo da Casa do Rei, fez em Fernando Gomes para cobrar todas as tenças e moradias do seu dito constituinte*⁹⁰. Repare-se que, de acordo com João de Barros, Cristóvão de Mendonça voltou a partir para o Oriente em Março de 1527. Vemos, portanto, que o referido documento é ligeiramente posterior à partida do navegador e que este deixou instruções ao seu procurador para que alguém cobrasse todas as suas tenças e moradias. De resto, a alusão às “tenças e moradi-

83 A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Pt II, maço 135, N°45.

84 A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 13, fl.60; A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl.29v.

85 A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Pt II, maço 53, N°182.

86 A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl.53. Repare-se que, a partir de 1523, Pedro de Mendonça passou a receber apenas 30.000 réis. A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Pt II, maço 109, N°131; A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Pt II, maço 131, N°226.

87 A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Pt II, maço 136, N°102.

88 A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Pt II, maço 135, N°49.

89 A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 4, fl. 37. COSME, “Os Navegadores – Vasco da Gama”, p. 149.

90 A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Pt II, maço 141, N°91.

as” vem reforçar a ideia de que os serviços prestados por Cristóvão de Mendonça no Oriente foram bem recompensados pelo monarca português. Resta-nos perceber que serviços terão justificado estas recompensas, assim como aquelas a que de seguida aludiremos.

6.2. A capitania de Ormuz

Para além dos rendimentos atrás referidos, os serviços prestados por Mendonça foram igualmente agraciados com a nomeação para a rentável e cobiçada capitania de Ormuz, para onde partiu em Março de 1527⁹¹. Não deixa de ser interessante a alusão que cronistas como João de Barros ou Frei Luís de Sousa fazem aos Braganças no momento em que referem esta nova partida de Cristóvão para a Índia. Com efeito, é possível que o duque de Bragança já tivesse ligações aos Mendonças, ainda que o casamento de D. Jaime com D. Joana de Mendonça só se tenha realizado em 1520. Teresa Lacerda levanta a hipótese de Cristóvão de Mendonça ter sido indigitado para o Conselho Régio por influência do duque de Bragança, do mesmo modo como foi nomeado para capitão da armada de Jorge de Albuquerque, em 1519, e para capitão de Ormuz, em 1527⁹². De facto, não é impossível. No entanto, somos da opinião de que não será apenas D. Joana a estar na origem de uma eventual ligação de D. Jaime aos Mendonças, como também a participação do seu pai, “*Diogo de mendonça, alcaide mor de Mourão*” e de “*Pero de Mendonça seu filho*” na conquista de Azamor comandada pelo próprio duque, em 1513⁹³.

De facto, não sabemos se Cristóvão de Mendonça terá sido indigitado para o Conselho Régio, para capitão da armada de Jorge de Albuquerque, de 1519, ou para a capitania de Ormuz por influência do duque de Bragança. Seja como for, parece-nos que o contexto social e familiar de Cristóvão terá pesado no momento em que o monarca procedeu a tais nomeações. Basta recordarmos que Afonso Furtado, bisavô de Cristóvão, tinha sido nomeado capitão do mar por D. João I em 1385⁹⁴; Afonso

91 BARROS, *Da Ásia – Década IV*, II, Cap. III, p. 73. Ver também CORREIA, *Lendas...*, Vol. III, Pt I, Cap. XVI, p. 182; SOUSA, *Anais...*, Vol. II, IV, Cap. I, p. 1; SOUSA, *Asia...*, Tomo I, Pt IV, Cap. II, p. 256.

92 LACERDA, *Os Capitães das Armadas da Índia no reinado de D. Manuel I – uma análise social*, p. 112, nota 375.

93 GÓIS, *Chronica...*, III, Cap. XLVI, p. 367; GAYO, *Nobiliário...*, p. 53.

94 FREIRE, *Brasões...*, Vol. III, pp. 170-171.

Furtado de Mendonça, avô de Cristóvão, para além de capitão-mor do mar⁹⁵, aparece referido como escrivão da feitoria de Sofala⁹⁶; Pedro de Mendonça, tio de Cristóvão, tinha comandado uma nau numa frota de 12 navios que em 1504 partiu para a Índia para garantir a segurança das rotas comerciais do oceano Índico e controlar o governante hostil de Calecut⁹⁷. Não se pode, portanto, considerar que os Mendonças seriam marginais ao projecto de expansão ultramarina quando Cristóvão aparece nomeado para capitão da armada de Jorge de Albuquerque, em 1519, ou para a capitania de Ormuz, que deteve entre 1527 e 1531 ou 1532, ano da sua morte.

Chegando a este ponto, vale a pena determo-nos brevemente, de modo a compreendermos o que era Ormuz e o que representava esta capitania no contexto do Império Português no Oriente. Antes de mais, convém recordarmos que Ormuz era um importantíssimo entreposto mercantil, em virtude da sua privilegiada localização geográfica, na entrada do Golfo Pérsico. Com efeito, com a segunda conquista de Ormuz por Afonso de Albuquerque, em 1515, e a conseqüente imposição de um protectorado, a Coroa portuguesa passou a arrecadar uma parcela considerável das receitas aduaneiras da próspera ilha, transformando-se Ormuz no epicentro das actividades portuguesas no Golfo Pérsico e no mar da Arábia. A acreditar-se nas fontes quinhentistas, era tal o movimento e a intensidade no porto de Ormuz que não era invulgar ali encontrar mais de 200 navios carregados de mercadorias. De entre as mais importantes mercadorias que passavam pela cidade destacavam-se os cavalos oriundos da Arábia e da Pérsia com destino aos portos da costa ocidental da Índia, de onde eram encaminhados para os potentados indianos, entre os quais grassavam guerras endémicas. Mas outros produtos árabes e persas faziam a riqueza da estéril ilha de Djarûn, como as alcatifas árabes, as pérolas de Baharém, os tapetes, a seda e a prata da Pérsia, o salitre e o enxofre da própria ilha, ao lado de mercadorias menos nobres, como os frutos secos ou os cereais. Dadas as circunstâncias, não será de estranhar que, ao longo de todo o séc. XVI, a alfândega de Ormuz se tenha destacado como a mais rentável de todo o Estado da Índia, logo a seguir à de Goa. Por outras palavras, a cidade gerava

95 FARIA, *Livro de Linhagens...*, p. 272.

96 BARROS, *Da Ásia – Década I*, Pt I, V, Cap. III.

97 MALDONADO, *Relação das Naos e Armadas da Índia*, p. 16. A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Pt II, maço 9, Nº 35.

um volume de receitas tão considerável, que a capitania de Ormuz acabou por se transformar numa das mais apetecidas de todo o Império no Oriente. Vemos, deste modo, que a atribuição desta capitania não só era motivo de prestígio para o capitão nomeado, como também fonte de grande riqueza⁹⁸.

Não podemos deixar de notar que as *Décadas da Ásia*, ao referir-se à nomeação de Mendonça para a capitania de Ormuz, não refere quaisquer serviços especiais que justifiquem a atribuição de tal benesse. Armando Cortesão, que levantou a hipótese de ter sido Mendonça o primeiro europeu a chegar à Austrália, foi um dos investigadores a sugerir que esta nomeação se devesse aos serviços prestados pelo navegador⁹⁹. Porém, e tal como temos afirmado ao longo deste trabalho, não existe qualquer documento que assegure o êxito de Mendonça relativamente à viagem que tinha por objectivo a descoberta da Ilha do Ouro. Omissão que, segundo Jaime Cortesão, foi consequência da rigorosa política de segredo então vigente. Luís de Albuquerque, ainda que contrário à teoria da descoberta da Austrália por Cristóvão de Mendonça, que “*deve a sua celebridade a uma expedição que... não fez*”¹⁰⁰ estranha, no entanto, o facto de Diogo do Couto não mencionar os serviços especiais que estiveram na origem da nomeação do navegador para a capitania de Ormuz¹⁰¹. Esta distinção torna-se ainda mais suspeita se tivermos em consideração que uma nomeação desta natureza implicaria, em média, 10 anos de serviços no Oriente¹⁰², durante os quais era acumulada a experiência necessária para o desempenho de uma capitania. Como vimos, não foi esse o caso de Cristóvão de Mendonça. Aliás, as nomeações para as capitanias mais importantes e lucrativas, como Ormuz, Goa ou Malaca, não só eram atribuídas em reconhecimento pelos vários anos de serviço no Oriente, como também recaíam, tendencialmente, sobre nobres com uma maior presença na corte, o que também

98 LOUREIRO, “Ormuz”, *Dicionário da Expansão Portuguesa*, Vol. 2, pp. 749-797; J.P.C., “Ormuz”, *Dicionário de História dos Descobrimentos...*, Vol. II, pp. 833-836.

99 CORTESÃO, “A Expansão Portuguesa...”, p. 158.

100 ALBUQUERQUE, “Mendonça, Cristóvão de”, p. 727.

101 ALBUQUERQUE, “Mendonça, Cristóvão de”, *Dicionário de História de Portugal*, Vol. IV, p. 258.

102 Andreia Martins de Carvalho determinou os anos de serviço de fidalgos no Oriente antes da atribuição da primeira capitania, entre 1518 e 1544. CARVALHO, *Nuno da Cunha e os capitães da Índia...*, p. 211. Foi nesse sentido que, tendo em conta a informação disponível sobre o percurso de 37 fidalgos, estabelecemos a média de anos relativos a serviços no Oriente, antes da atribuição da primeira capitania.

não era o caso de Mendonça. Ora, se o navegador não foi bem-sucedido na sua expedição à Ilha do Ouro, como explicar tão generoso, honroso e rentável reconhecimento? Isto, claro, para além das compensações económicas atrás referidas e da entrega da comenda da Ordem de Cristo que de seguida abordaremos. De resto, a capitania de Cristóvão de Mendonça ficou marcada por episódios dignos de registo, como o auxílio prestado à frota de Simão da Cunha, assolada por uma epidemia contraída na campanha contra a ilha de Baharém¹⁰³. Refira-se, aliás, que foi sobre Cristóvão de Mendonça que recaiu a responsabilidade de escolher um agente para realizar a célebre missão de espionagem que constituiu a viagem por terra de Ormuz a Portugal, protagonizada por António Tenreiro, entre Setembro de 1528 e Maio de 1529 - viagem cuja narrativa constitui um notável documento histórico de natureza geográfica, religiosa e antropológica¹⁰⁴.

6.3. A comenda da vila de Arenilha

Tal como anteriormente referimos, deparámo-nos com dois documentos que chamaram a nossa atenção aquando da investigação para o artigo “Ayamonte na Expansão Portuguesa para o Norte de África”. Trata-se de duas cartas em que Cristóvão de Mendonça aparece referido como comendador da vila de Arenilha. O primeiro documento data de 29 de Dezembro de 1529 e tem por título *Traslado do que se deu a Cristóvão de Mendonça que enviou a sua Alteza o marquês de Ayamonte sobre o caso do Bergantim*, missiva em que o comendador de Arenilha culpa o marquês de Ayamonte pelos danos causados nas barcas dos habitantes da vila, nomeadamente, no referido bergantim, chegando mesmo a mandar “pagar as barcas e (...) as perdas que receberam os donos delas e asy o dano que se fez na Arenilha” e mandar o marquês prender os responsáveis que se encontrem nas suas terras¹⁰⁵. Como se pode perceber, o tom da missiva não resulta propriamente abonatório para o nobre espanhol.

103 SOUSA, *Anais...*, Vol. II, IV, Cap. XXII, p. 106.

104 Como recompensa pelos serviços prestados, António Tenreiro recebeu da Coroa, em 1533, uma tença anual de 30.000 réis e o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo. Ver TENREIRO & AFONSO, *Viagens por terra da Índia a Portugal*, p. 18; R.L., “Tenreiro, António”, *Dicionário de História dos Descobrimentos...*, Vol. II, p. 1023.

105 A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Pt I, maço 44, N°45.

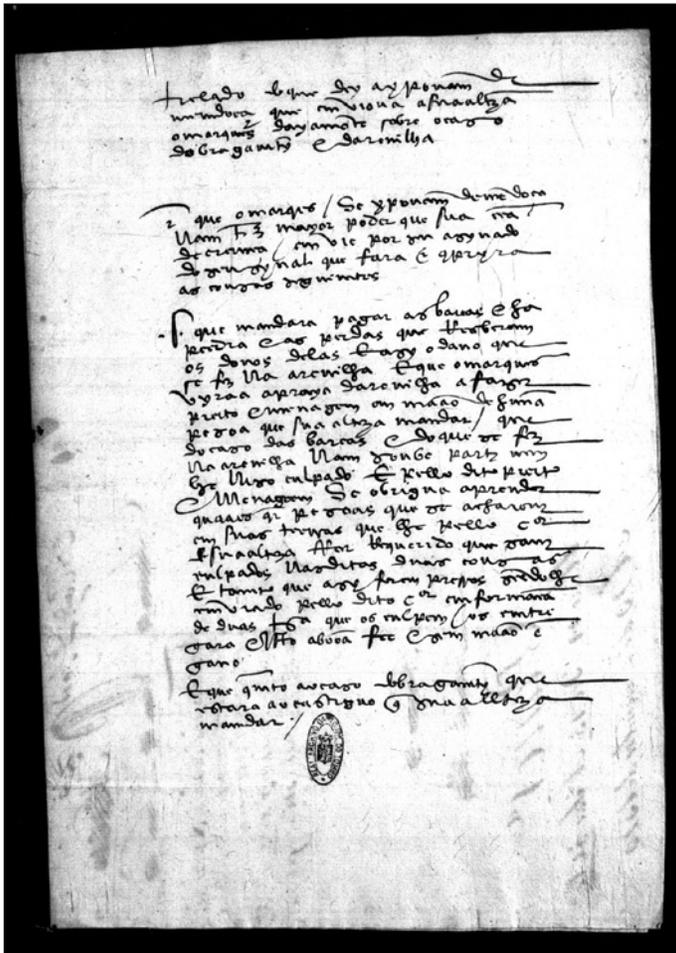


Fig. 1.

Traslado do que se deu a Cristóvão de Mendonça que enviou a sua Alteza o marquês de Ayamonte sobre o caso do Bergantim. A.N.T.T., Corpo Cronológico, Pt I, maço 44, n.º 45.

O outro documento data de 24 de Maio de 1530 e tem por título *Carta do marquês de Ayamonte agradecendo ao rei mandar ouvir e dar crédito ao comendador Cristóvão de Mendonça*, missiva em que o marquês se esquivava das acusações de que era alvo, referindo a pena que tinha em não poder demonstrar a sua vontade em servir o rei português¹⁰⁶.

106 A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Pt I, maço 45, N.º9.

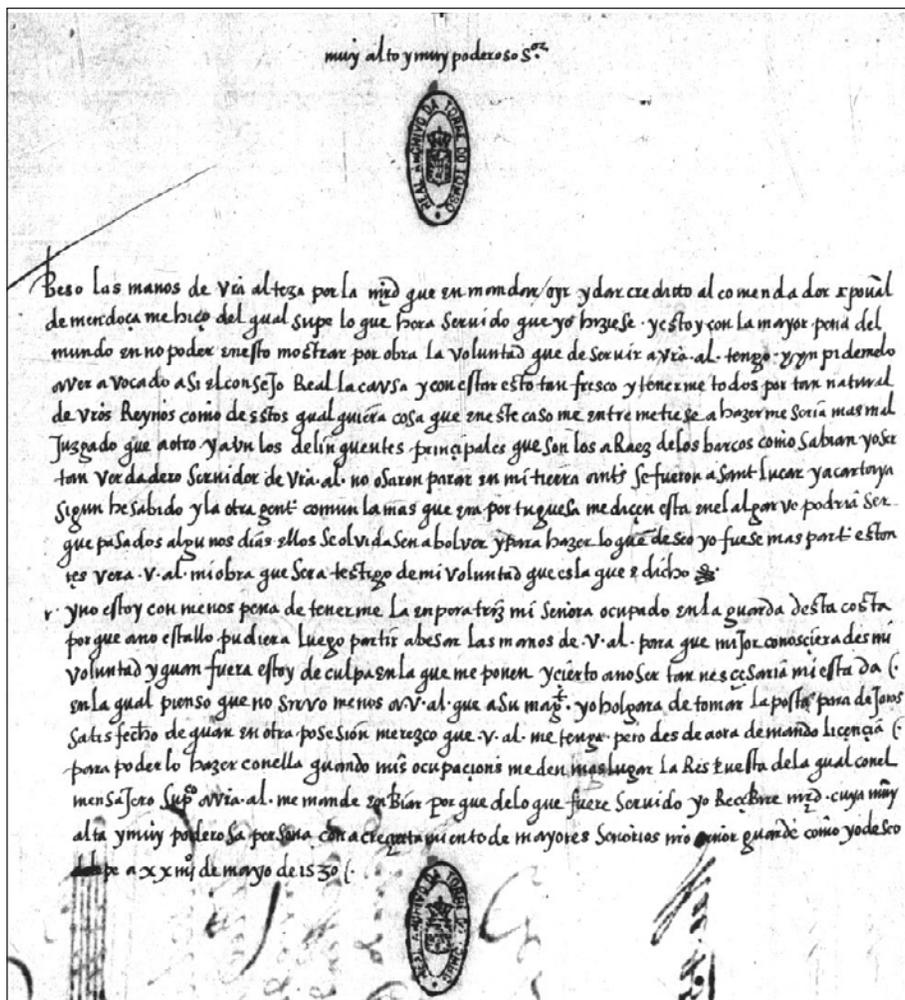


Fig. 2.

Carta do marquês de Aiamonte agradecendo ao rei mandar ouvir e dar crédito ao comendador Cristóvão de Mendonça. A.N.T.T., Corpo Cronológico, Pt I, maço 45, n.º 9.

Não abordaremos o conteúdo destes documentos, visto terem sido objecto de estudo em “Ayamonte na Expansão Portuguesa para o Norte de África”¹⁰⁷. Importa, no entanto, determinar se o comendador de Arenilha Cristóvão de Mendonça é o célebre capitão-mor da armada destinada a descobrir a Ilha do Ouro, em 1522. Foi ao abrigo desse raciocínio

107 PESSANHA, “Ayamonte na Expansão Portuguesa...”, pp. 86-82.

que seguimos o rasto biográfico do navegador, de modo a percebermos em que circunstâncias surgem os documentos que referem Cristóvão de Mendonça como comendador da antiga vila da foz do Guadiana. É nesse sentido que, identificado o contexto familiar e social do navegador Cristóvão de Mendonça, assim como o seu percurso como capitão nas armadas da Índia, acreditamos encontrar-nos em condições para demonstrarmos que a comenda de Arenilha foi, efectivamente, atribuída ao navegador como reconhecimento pelos serviços prestados no Oriente.

Com efeito, são vários os indicadores que nos levam a afirmá-lo. Em primeiro lugar, o facto de não se encontrar nas crónicas nem nas fontes coevas qualquer referência a um homónimo de Cristóvão de Mendonça para a balizagem cronológica compreendida entre 1514 e 1532, período em que aparece referido na documentação. Aliás, as datas discriminadas nos documentos que o referem como comendador de Arenilha corroboram a ideia de esta comenda ter sido atribuída aquando do seu regresso ao reino. É certo que não sabemos a data em que Cristóvão terá chegado a Portugal, ainda que tenhamos notícia da sua passagem pelo sul de África em Março ou Maio de 1524, durante a viagem de regresso¹⁰⁸. Porém, as tenças atrás mencionadas indicam que se encontrava no reino em 1526. Uma vez que os documentos que o referem como comendador da vila da foz do Guadiana remontam a Dezembro de 1529 e Maio de 1530, anos em que o navegador já se encontrava no Oriente, é de supor que D. João III lhe terá atribuído a comenda aquando da sua passagem pelo reino, entre finais de 1524 e Março de 1527, ano em que voltou a partir para a Índia, já na qualidade de capitão de Ormuz.

Uma vez que não se verificam homónimos de Cristóvão de Mendonça para a balizagem cronológica atrás referida, e que as datas dos documentos que o referem como comendador de Arenilha são ligeiramente posteriores ao seu regresso ao reino, resta-nos determinar se Cristóvão de Mendonça reunia as condições necessárias para ser agraciado com uma comenda desta natureza. Antes de mais, importa referir que a vila de Arenilha e de Castro Marim eram as duas únicas comendas da Ordem de Cristo no Algarve. Curiosamente, Isabel L. Morgado de Sousa e Silva não refere a comenda de Arenilha na dissertação para doutoramento

108 “Inscrição portuguesa descoberta na África do Sul”, *Oceanos*, Nº4, pp. 17-18; ALBUQUERQUE, “Mendonça, Cristóvão de”, *Dicionário de História dos Descobrimentos*, Vol. II, pp. 727-728; THOMAZ, “A expedição de Cristóvão de Mendonça”, p. 79.

*A Ordem de Cristo (1417 – 1521)*¹⁰⁹. Porém, o documento publicado por Hugo Cavaco não deixa margem para dúvidas:

“No Bispado do Algarve há somente duas Commendas da Ordem (de Cristo), que são das antigas, e as seguintes:

A Commenda, e Alcaideria-môr de Castro Marim avaliou-se em quatrocentos e cinquenta mil réis, no anno de 1608.

A Commenda da Alcaideria-môr de Santo Antonio de Arenilha, que está junto a Castro Marim, em cento e trinta mil réis, no anno de 1608.

*No Bispado do Algarve não há nenhuma Commenda desta Ordem, mais que as duas velhas, que valem quinhentos e oitenta mil réis, como se vê da somma adiante”*¹¹⁰.

Aliás, só o facto de Arenilha ser comenda da Ordem de Cristo poderá explicar que o senhorio da vila tenha sido atribuído exclusivamente a cavaleiros da milícia ao longo de toda a centúria quinhentista¹¹¹.

Naturalmente que estas comendas implicavam, desde logo, a existência de comendadores sobre os quais recaía o senhorio das ditas vilas, o que era compreendido como motivo de honra e de prestígio social numa sociedade ainda bastante influenciada pelas antigas tradições medievo-feudais. Comendas, refira-se, que compreendiam o direito à administração da localidade e conferiam uma renda para sustentação do comendador beneficiário, configurando um recurso para os encargos da própria comenda. No entanto, a atribuição de uma comenda representava um benefício atribuído a cavaleiros professos nas ordens militares como recompensa por serviços prestados. Quer isto dizer que Cristóvão de Mendonça só poderia ser agraciado com a comenda de Arenilha caso tivesse sido investido na Ordem de Cristo. Foi nesse sentido que procurámos determinar se este navegador professou nesta Ordem Militar.

Com efeito, a dissertação *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder (séculos XIV a XVI)*, de João Maria Falcão Pestana de Vasconcelos, não faz qualquer referência a Cristóvão de Mendonça enquanto cavaleiro da Ordem de Cristo. Refere, no entanto, o seu avô Afonso Fur-

109 SILVA, *A Ordem de Cristo (1417 – 1521) - Militarium Ordinum Analecta*.

110 Documento VIII, BNL/Microformas, F5040. Documento publicado por CAVACO, *Revisitando...*, p. 52.

111 Cf. PESSANHA, *Os 500 anos...*, pp. 57-77.

tado de Mendonça, comendador de Cardiga, da Ordem de Cristo¹¹², a sua irmã Margarida de Mendonça, enquanto mulher de um comendador da mesma Ordem, e o seu irmão António de Mendonça, cavaleiro da Ordem de Cristo que recebeu o hábito da milícia em 16 de Abril de 1514¹¹³. Ainda que a referida dissertação não faça qualquer referência a Cristóvão enquanto membro desta Ordem, vem demonstrar a ligação de alguns dos seus familiares à mesma, não só na qualidade de cavaleiros, como também de comendadores.

Porém, *Os Capitães das Armadas da Índia no reinado de D. Manuel I – uma análise social*, de Teresa Lacerda, assim como a já referida tese *A Ordem de Cristo (1417 – 1521)*, de Isabel L. Morgado de Sousa e Silva, já identificam, efectivamente, Cristóvão de Mendonça como frei cavaleiro desta Ordem¹¹⁴. De acordo com a obra consultada, *Cavaleiros da Ordem de Cristo no séc. XVI*, Cristóvão de Mendonça recebeu, efectivamente, o hábito da Ordem de Cristo em 16 de Abril de 1514¹¹⁵, exactamente na mesma data em que o seu irmão António de Mendonça também foi investido¹¹⁶. De resto, o facto de Cristóvão aparecer referido como membro da milícia numa provisão em que D. João III manda o almoxarife de Aveiro pagar “*a Cristóvão de Mendonça sua tença deste ano 50.000 réis assentada na alfândega de Lisboa com o hábito de Cristo*”¹¹⁷, vem dissipar qualquer dúvida que ainda subsistisse.

Note-se que, identificado Cristóvão de Mendonça como cavaleiro da Ordem de Cristo, não pudemos deixar de reparar no silêncio dos cronistas no momento de identificar os intervenientes no processo expansionista com as suas respectivas filiações nas Ordens Militares. De facto, quer João de Barros, quer os cronistas que lhe sucederam não fazem qualquer referência à filiação de Cristóvão em qualquer Ordem, tal como, de acordo com o que constatámos, raramente o fazem em relação a outros cavaleiros. Esta evidência pode parecer ainda mais estranha se tivermos em consideração o forte envolvimento da Ordem

112 VASCONCELOS, *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder (séculos XIV a XVI)*, Vol. I, p. 377. FÁRIA, *Livro de Linhagens...*, p. 275.

113 VASCONCELOS, *Nobreza e Ordens Militares*, p. 392.

114 LACERDA, *Os Capitães das Armadas*, pp. 120 e 228; SILVA, *A Ordem de Cristo...*, p. 336; SILVA & PIMENTA, “As ordens de Santiago e de Cristo e a fundação do Estado da Índia. Uma perspectiva de estudo”, apêndice.

115 FÁRIA, “Cavaleiros da Ordem de Cristo no séc. XVI”, p. 21.

116 FÁRIA, “Cavaleiros...”, p. 21. Ver também SILVA, *A Ordem de Cristo...*, p. 330.

117 A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Pt II, maço 134, Nº57.

de Cristo na História da Expansão e dos Descobrimientos Portugueses. Ordem Militar, sublinhe-se, que teve como governadores figuras incontornáveis da família real, como o infante D. Henrique, o infante D. Fernando, o rei D. Manuel ou o rei D. João III¹¹⁸. Porém, há que ter em consideração que documentos como *Memória das Armadas* ou o *Livro de Lisuarte de Abreu* não são fontes sobre qualquer uma das Ordens, razão pela qual se torna compreensível a ausência de referências mais completas relativamente aos intervenientes no processo de expansão. Aliás, a intenção subjacente à produção de obras como *História do Descobrimento e da Conquista da Índia* não passa por apresentar informação detalhada sobre as individualidades que participaram no processo expansionista, mas antes destacar o protagonismo régio em todo este processo¹¹⁹.

Por fim, não se verificando homónimos de Cristóvão de Mendonça para a cronologia abordada, coincidindo as datas que o referem como comendador de Arenilha e identificado este navegador como cavaleiro da Ordem de Cristo, resta-nos perceber por que motivo lhe terá sido entregue a comenda desta vila na foz do Guadiana. Para respondermos a esta questão devemos ter em consideração que a fundação de Arenilha prende-se com a afirmação da soberania política e administrativa de D. Manuel sobre um território frequentado por castelhanos. É exactamente nesse contexto que, em 1421, Castro Marim justificava o pedido de isenção de alguns encargos pelos “*constantemente trabalhos que os moradores tinham com os castelhanos, que insistiam em vir pescar ao reino*”¹²⁰. Quer isto dizer que os castelhanos vinham pescar para as margens portuguesas, não pagando os devidos impostos à Coroa. Aliás, a existência do topónimo de origem castelhana *Arenilha*¹²¹, ainda antes da elaboração da Carta de Privilégio que manda proceder à construção

118 FONSECA, “As Ordens Militares e a Expansão”, pp. 321-347. Ver também SILVA, *A Ordem de Cristo...*, pp. 43-110.

119 Cf. SILVA & PIMENTA, “As ordens de Santiago e de Cristo...”, pp. 349-361.

120 VENTURA, “Os coutos de Homiziados nas fronteiras com o direito de asilo”, p. 608. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 2, fl.30.

121 De acordo com o dicionário da *Real Academia Española*, “*arenilla*” apresenta-se como sinónimo de “*arena menuda*”. Ver *Diccionario de la Real Academia Española*. Disponível em: <http://lema.rae.es/drae/?val=arenilla> – Consultado dia 10 de Setembro de 2013. Note-se que quando em 1775 se pretendeu baptizar a nova vila iluminista com o nome de Vila Real de Santo António de Arenilha, prontamente o Marquês de Pombal proibiu a utilização do nome “*Arenilha*”, alegando que “é uma palavra hespanhola e Villa Real uma povoação portuguesa”. Ver OLIVEIRA, *Monografia...*, p. 71.

da vila¹²², indica a ocupação daquele areal na margem portuguesa da foz do Guadiana por populações de pescadores de origem castelhana. Dadas as circunstâncias, seria do interesse estratégico do monarca que esta comenda recaísse sobre alguém experimentado na guarda da fronteira e que fizesse cumprir o pagamento dos devidos direitos aduaneiros. Recorde-se que Arenilha, para além de comenda da Ordem de Cristo, era uma vila de fronteira situada na margem portuguesa do Guadiana, tal como o era a vila de Mourão, de onde Cristóvão de Mendonça era natural. Como anteriormente referimos, Cristóvão era filho de Diogo de Mendonça, o fidalgo da casa do príncipe D. João que foi nomeado, em 1476, alcaide-mor de Mourão¹²³, uma vila fortificada do Alentejo que guardava a fronteira portuguesa frente a Espanha. *O Livro das Fortalezas*, de Duarte de Armas, mostra-nos o castelo de Mourão onde Cristóvão terá crescido, localizado no cimo de uma colina, sobranceiro ao Guadiana¹²⁴. Quer isto dizer que o célebre navegador era descendente de uma família experimentada na guarda da fronteira face ao reino vizinho e familiarizado com as actividades militares, tributárias e administrativas que lhe eram inerentes¹²⁵. Assim sendo, esta condição de fronteiro, a juntar ao facto de Cristóvão ser cavaleiro da Ordem de Cristo, terá resultado altamente pertinente no momento em que D. João III decidiu atribuir a comenda de Arenilha a Cristóvão de Mendonça, como recompensa pelos serviços prestados.

Por fim, mas não menos relevante, terá sido a experiência naval e militar adquirida por Mendonça nos mares do Oriente e direccionada para a foz do Guadiana, sistematicamente ameaçada pelos ataques da pirataria magrebina¹²⁶. Recorde-se que Mendonça, no decurso das suas navegações na australásia, viu-se na necessidade de defender posições por-

122 *O Livro das Fortalezas*, de Duarte de Armas, produzido por volta de 1509, já indicava o topónimo que veio a ser oficializado com a Carta de Privilégio de 12 de Fevereiro de 1513. Ver ARMAS, *O Livro das Fortalezas*, fl. 1.

123 FREIRE, *Brasões...*, Vol. III, p. 173.

124 A.N.T.T., *Códices e documentos de proveniência desconhecida*, Livro das Fortalezas situadas no Extremo de Portugal e Castela por Duarte de Armas, escudeiro da Casa do Rei D. Manuel I, N° 159, fls. 13-14; ARMAS, *O Livro das Fortalezas*, fls. 13-14.

125 Refira-se que foi durante o período em que o pai de Cristóvão de Mendonça deteve a alcaidaria de Mourão que o rei D. Manuel obteve dos povos, nas cortes de Lisboa de 1502, uma vultosa contribuição que fez com que o castelo da vila fosse intervencionado por dois importantes arquitectos régios: os irmãos Francisco e Diogo de Arruda, os mestres das obras régias da comarca de entre o Tejo e o Guadiana. Ver FARIA, “Fortificações de Portugal na fronteira da Estremadura espanhola”, p. 161.

126 Sobre este assunto veja-se PESSANHA, “Ataques da pirataria...”, pp. 63-94.

tuguesas, dando combate aos adversários. Recordemos, a este respeito, o ataque movido por Melique Ladil à fortaleza de Pacém, então guardada por Mendonça, e a maneira como o “mouro” foi desbaratado e despojado das treze embarcações usadas no assalto¹²⁷. Dadas as circunstâncias, seria um desperdício não se aproveitar a experiência deste capitão numa altura em que se verificava um incremento da actividade pirática nas costas do Algarve. Esta actividade da pirataria na foz do Guadiana é, aliás, referida por Bernardo Rodrigues em várias ocasiões, nomeadamente, aquando da estadia da condessa de Redondo na vila de Arenilha, em 1522¹²⁸, ou quando Vasco Fernandes César - antigo adaíl de Azamor e capitão da Armada do Estreito¹²⁹ - foi incumbido embarcar o conde do Redondo, D. João Coutinho, na vila de Arenilha e escoltá-lo a Arzila¹³⁰. Refira-se que a caminho da foz do Guadiana, o navio de Vasco Fernandes César foi atacado por duas naus, tendo-se seguido um combate naval que resultou na explosão de parte da alcáçova, atirando cinco homens ao mar, entre os quais Vasco Fernandes, que ficou gravemente ferido¹³¹.

Vemos, deste modo, que a entrega da comenda de Arenilha a um indivíduo como Cristóvão de Mendonça, cavaleiro da Ordem de Cristo, descendente de uma família de fronteiros e navegador experimentado no combate naval, não só era altamente pertinente como simbólica e manifestamente estratégica para a defesa do extremo sudeste algarvio e da foz do Guadiana, onde Mendonça deveria actuar com autoridade senhorial, usufruindo dos seus bens e rendimentos. E no caso da comenda de Arenilha? Seriam generosos os seus rendimentos? Sem dúvida. Se assim não fosse o rei D. Duarte não teria doado ao infante D. Henrique, ainda em 25 de Setembro de 1433, a “*dísima nova de todo o pescado, que pescarem quaisquer pessoas no mar do Monte Gordo*”¹³². Aliás, será certa-

127 BARROS, *Da Ásia – Década III*, Pt I, V, Cap. III, pp.548-549.

128 RODRIGUES, *Anais de Arzila*, Tomo I, Cap. XC, p. 373.

129 GÓIS, *Chronica...*, IV, Cap. LVII, p. 552. Sobre a Armada do Estreito veja-se GODINHO, “A armada do estreito de Gibraltar no século XVI”, pp.117-137.

130 RODRIGUES, *Anais...*, Tomo I, Cap. CVIII, p. 429; PESSANHA, *Subsídios...*, p. 100.

131 Segundo Bernardo Rodrigues, os sobreviventes portugueses por pouco não foram executados. Os que sobreviveram ao combate foram aprisionados e levados para Di-eppe. Vasco Fernandes, apesar de ferido, acabou por escapar do cativoiro desfiando uma esteira e escapando por ela da torre onde se encontrava aprisionado. RODRIGUES, *Anais...*, Tomo I, Cap. CVIII, p. 429. Ver também PISSARRA, “Vasco Fernandes César, capitão da Armada do Estreito”, pp. 144-145.

132 SERRÃO, *História de Portugal – Volume II – A Fundação do Estado Moderno (1415-1495)*, p. 65; OLIVEIRA, *Monografia...*, p. 73.

mente o motivo económico que, já em 1555, estará na origem da disputa pelo senhorio de Arenilha entre Jerónimo de Melo, fidalgo da Casa Real e alcaide-mor de Castro Marim, e Luís Leite, frei cavaleiro da Ordem de Cristo e filho de António Leite, o anterior alcaide¹³³.

Relativamente à defesa, sabemos que Arenilha não possuía castelo, torre ou qualquer fortificação digna de registo até 1542-1547, período em que o alcaide António Leite dá-nos conta das “*tramqueyras e reparos*” construídos sob o seu comando para a população se defender dos ataques da pirataria moura¹³⁴. Ainda assim, Mendonça estava obrigado a zelar pela defesa da vila, independentemente de esta ter ou não fortificações para a proteger. Se tivermos em consideração que a sua nomeação como comendador o obrigava à realização de um inventário ao património da comenda (infelizmente desconhecido) e ao dever de fixar residência na sua área de governo¹³⁵, é muito provável que Cristóvão se tenha detido durante algum tempo na vila da foz do Guadiana, algures entre finais de 1524, aquando da sua chegada ao reino¹³⁶ e Março de 1527, quando voltou a partir para o Oriente.

Como anteriormente referimos, os comendadores deviam fixar-se nas suas comendas para melhor procederem à sua defesa e melhor rentabilizarem as mesmas. Assim sendo, como é possível que os documentos que referem Cristóvão como comendador de Arenilha sejam relativos aos anos em que este se encontrava na capitania de Ormuz? Para respondermos a esta questão devemos ter em consideração de que a principal obrigação dos cavaleiros da Ordem de Cristo era a luta contra os inimigos da fé, devendo estar prontos para a guerra sempre que o Mestre os convocasse. Uma vez que as situações de guerra eram constantes nos territórios de além-mar, onde a presença dos cavaleiros da Ordem se tornava necessária, não é de admirar que estes fossem dispensados da exigência que os obrigava a permanecer nas suas comendas¹³⁷.

133 CAVACO, *Revisitando*, pp. 18-20; PESSANHA, *Os 500 anos*, pp. 72-73.

134 Carta de António Leite para o rei dando-lhe conta que no lugar em que se encontrava atacava os mouros e que deles se defendia por meio de trincheiras, e que era necessário enviar-lhe socorro. A.N.T.T., *Cartas dos Governadores de África*, N^o78. Documento parcialmente publicado por CAVACO *Revisitando*, pp. 16-17; GRILLO, “Na margem direita”, p. 44; PESSANHA, *Os 500 anos*, p. 99. PINTO, “Índice Analítico...”, p. 267.

135 Cf. SILVA, *A Ordem de Cristo*, pp. 189-190.

136 Uma vez que Cristóvão de Mendonça se encontrava na África do Sul em Março ou Maio de 1524, é de supor que a sua chegada ao reino se tenha dado ainda no mesmo ano.

137 SILVA, *A Ordem de Cristo*, p. 191.

É nesse sentido que encontramos Cristóvão de Mendonça como comendador de Arenilha em 1529 e 1530, anos em que já se encontrava como capitão na fortaleza de Ormuz. De resto, era nesta fortaleza que ainda se encontrava em 1531, ano em que piratas de Larache atacaram a vila da foz do Guadiana, “*onde fizêrão muito dano em navios que tomárão e, dentro da Barra de Aiamonte, fizêrão despejar a Arrinilha e a Montegordo*”¹³⁸.

7. Conclusão

Com efeito, muito se tem escrito (e especulado) sobre a alegada descoberta da Austrália por Cristóvão de Mendonça. No entanto, e independentemente dos resultados alcançados pelo navegador nesta expedição, parece indiscutível que foi generosamente recompensado aquando do seu regresso ao reino. Resta-nos perceber porquê. Já Armando Cortesão, muito antes de Peter Trickett, tinha levantado a hipótese de a rentável e cobiçada capitania de Ormuz ter sido entregue a Mendonça como recompensa pelos serviços prestados na expedição à Ilha do Ouro¹³⁹. Não é conhecido, porém, qualquer documento que ateste o êxito do navegador nesta expedição. Omissão que, segundo investigadores como Armando Cortesão, Damião Peres ou Jaime Cortesão, terá sido consequência da rigorosa política de segredo determinada pelas limitações de navegação estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas e com o contencioso entre Portugal e Espanha pela posse das Molucas¹⁴⁰.

O certo é que Mendonça, ao regressar ao reino, foi agraciado com uma das capitánias mais rentáveis do império no Oriente, para além de ter recebido compensações económicas e aparecer referido em 1529 e 1530 como comendador da vila de Arenilha, na foz do Guadiana. Refira-se, a este respeito, que muitos capitães / cavaleiros da Ordem de Cristo se lançaram no projecto expansionista português no Oriente. Porém, muito poucos chegaram a obter as tão almejadas comendas¹⁴¹. Vemos, deste

138 RODRIGUES, *Anais...*, Tomo II, Cap. XXXV, p. 209.

139 CORTESÃO, “A Expansão Portuguesa”, p. 158.

140 CORTESÃO, *A Política de Sigilo nos Descobrimentos, nos tempos de Infante D. Henrique e de D. João II*. Do mesmo autor ver também “O Império Português no Oriente até 1557”, *História de Portugal*, Vol. IV, pp. 65-66; PERES, “Política de sigilo: extensão e natureza do sigilo quanto à actividade descobridora e à técnica de navegação; o sigilo na História oficial; Conclusão”, *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Vol. II, pp. 17-21.

141 Entre os afortunados que lograram obter este tipo de rendimento, contam-se muito poucos: D. João Pereira, D. Pedro de Castelo Branco, Nuno Furtado, Simão Guedes, entre outros. Ver CARVALHO, *Nuno da Cunha e os capitães da Índia...*, p. 216.

modo, que a atribuição da comenda de Arenilha significou um motivo de grande honra e prestígio para Cristóvão de Mendonça. Ora, se este navegador não foi bem-sucedido na sua expedição à Ilha do Ouro, restamos perceber porque motivo terá sido agraciado com compensações económicas, a nomeação para uma das mais rentáveis capitánias de todo o Império no Oriente e uma honrosa comenda da Ordem de Cristo. É caso para dizer que a problemática em torno de Cristóvão de Mendonça continua a levantar muitas dúvidas e poucas certezas...

Fontes e Bibliografia

1. Arquivos

A.N.T.T.

Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2, fl.30.

Chancelaria de D. Manuel I, Livro 4, fl.37; Livro 8, fl 29v; Livro 9, fl.4v; Livro 10, fl.53; Livro 13, fl.60; Livro 37, fl.64.

Chancelaria de D. João III, Livro 12, fl.62.

Chancelaria da Ordem de Cristo, Livro13, fls.375 v.– 379v.

Cartas dos Governadores de África, N°78.

Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 10654, fl.1.

Corpo Cronológico,

Pt I, maço 15, N°47; Pt I, maço 44, N°45; Pt I, maço 45, N°9;

Pt II, maço 51, N°26; Pt II, maço 53, N°182; Pt II, maço 93, N°150; Pt II, maço 109, N°131; Pt II, maço 131, N°226; Pt II, maço 134, N°57; Pt II, maço 135, N°45; Pt II, maço 135, N°49; Pt II, maço 136, N°102; Pt II, maço 141, N°91.

Códices e documentos de proveniência desconhecida, N°159.

Casa Real, Cartório da Nobreza, Livro N°20 - Livro da Nobreza e da perfeição das armas dos reis cristãos e nobres linhagens dos reinos e senhorios de Portugal, fl. XII.

2. Fontes Impressas

ABREU, Lisuarte de, *Livro de Lisuarte de Abreu*, (Reprodução do manuscrito existente na Perpont Morgan Library de Nova York), Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1992.

- ARMAS, Duarte de, *Livro das Fortalezas*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Inapa, Lisboa, 1997.
- BARROS, João de, *Da Ásia – Década III*, Na Regia Officina Typografica, Lisboa, MDCCLXXVII.
- BARROS, João de, *Da Ásia – Década IV*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 2001.
- BORGES, José Calvão Borges, *Livro do Armeiro-Mor*, Academia Portuguesa de História/Edições Inapa, Lisboa, 2000.
- CASCÃO, João, “Relação da Jornada de el-rei D. Sebastião quando partiu da cidade de Évora”, *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve: A alteração das linhas de força da política nacional*, Livros Horizonte, Lisboa, 1984, pp. 77-136.
- CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, 2 vols, Lello & Irmãos Editores, Porto, 1979.
- CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, Tomo III, na Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1862.
- Documentos Sobre os Portugueses em Moçambique e na Ásia Central 1497-1840*, Vol. VI, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1969.
- GAYO, Felgueiras, *Nobiliário das famílias de Portugal*, Tomo XX, Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso, Braga, 1939.
- GUEDES, Lívio da Costa, *Aspectos do Reino do Algarve nos Séculos XVI e XVII – A «Descrição» de Alexandre Massaii (1621)*, Arquivo Histórico Militar, Lisboa, 1988.
- GÓIS, Damião de, *Chonica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, Lisboa, 1749.
- JOSÉ, Frei João de São, “Corografia do Reino do Algarve (1577)”, *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1983, pp. 21-132.
- RODRIGUES, Bernardo, *Anais de Arzila*, 2 vols., Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1915-1919.
- SARRÃO, Henrique Fernandes, “História do Reino do Algarve”, *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1983, pp. 133-174.
- SOUSA, Frei Luís de, *Anais de D. João III*, 2 vols., Sá da Costa, Lisboa, 1928.

SOUSA, Manuel de Faria e, *Asia Portvgvesa*, Officina de Henrique Valente de Oliveira impressor del Rey N.S., Lisboa, 1666.

TENREIRO, António & AFONSO, Mestre, *Viagens por terra da Índia a Portugal*, Publicações Europa-América, Mem-Martins, 1991.

3. Estudos

ALBUQUERQUE, Luís de (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, 2 vols, Círculos de Leitores, Lisboa, 1994.

ALMEIDA, Fortunato de, *História de Portugal*, Vols. III-VII, Promoclube, Lisboa, s/d.

CARDOSO, António Pereira, *A provável viagem de Cristóvão de Mendonça à Austrália em 1522*, Academia da Marinha, Lisboa, 1994.

CARVALHO, Andreia Martins de, “Tristão da Cunha e a Expansão Manuelina”, *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia – Actas do Colóquio Internacional*, João Paulo Oliveira e Costa & Vítor Gaspar Rodrigues (coord.), UNL/CHAM, Lisboa, 2004, pp. 199-226.

CARVALHO, Andreia Martins de, *Nuno da Cunha e os capitães da Índia (1529-1538)*, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (séculos XV-XVIII) apresentado à UNL, Lisboa, 2006.

CAVACO, Hugo, “Visitações” *da Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio (Subsídios para o estudo da História da Arte no Algarve)*, Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, Vila Real de Santo António, 1987.

CAVACO, Hugo, *Revisitando Santo António de Arenilha*, Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, Vila Real de Santo António, 1995.

CORREIA, José Eduardo Horta, *Vila Real de Santo António – Urbanismo e Poder na Política Pombalina*, Faup Publicações, Porto, 1997.

CORREIA, José Eduardo Horta, *O Algarve em Património*, Gente Singular Editora, Olhão, 2010.

CORTESÃO, Armando, “A Expansão Portuguesa através do pacífico (Australásia, Macau, Japão)”, *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Vol. II, Editorial Ática, Lisboa, 1939.

CORTESÃO, Jaime, “O Império Português no Oriente até 1557”, *História de Portugal*, (Dir. Damião Peres), Vol. IV, Portucalense Editora, Barcelos, 1932, pp. 9-77.

- CORTESÃO, Jaime, *A Política de Sigilo nos Descobrimentos, nos tempos de Infante D. Henrique e de D. João II*, Lisboa, 1960.
- COSME, João, “Os homens de ciência” *História de Portugal* (Dir. João Medina), Vol. V, Ediclube, Amadora, 2004, pp. 91-97.
- COSME, João, “Os Navegadores – Vasco da Gama”, *História de Portugal* (Dir. João Medina), Vol. V, Ediclube, Amadora, 2004, pp. 145-152.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, “A Nobreza e a Expansão. Particularidades de um fenómeno social complexo”, *A Nobreza e a Expansão. Estudos Biográficos*, João Paulo Oliveira e Costa (coord.), Patrimónia, Cascais, 2000, pp. 11-51.
- DOMINGUES, Francisco Contente, “Os portugueses descobriram a Austrália?”, *Portugueses na Austrália: as Primeiras Viagens*, Carlota Simões & Francisco Contente Domingues (coord.), Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013, pp. 163-172.
- DOMINGUES, Francisco Contente, *Dicionário da Expansão Portuguesa*, Vol. 2, Circulo dos Leitores, Lisboa, 2016.
- FARIA, António Machado de, *Livro de Linhagens do Século XVI*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1956.
- FARIA, António Machado de, “Cavaleiros da Ordem de Cristo no séc. XVI”, Separata da revista *Arqueologia e História*, vol. VI, Lisboa, 1955.
- FARIA, Miguel Figueira de, “Fortificações de Portugal na fronteira da Estremadura espanhola”, *Anais – Série História*, Vol. II, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, 1995, pp. 156-187.
- FONSECA, Luís Adão da, “As Ordens Militares e a Expansão”, *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*, João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues (coord.), UNL/CHAM, Lisboa, 2004, pp. 322-347.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, 3 vols, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1921-1930.
- GARCIA, José Manuel, *Cidades e Fortalezas do Estado da Índia – Séculos XVI e XVII*, QuidNovi, Lisboa, 2009.
- GARCIA, José Manuel, *O Mundo dos Descobrimentos Portugueses - O Mais Longínquo Oriente 1515 – 1555*, Nº 8, QuidNovi, Vila do Conde, 2012.
- GODINHO, Rui Landeiro, “A Armada do Estreito de Gibraltar no século XVI”, *A Guerra Naval no Norte de África (Séculos XV-XIX)*, Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 2003, pp. 117-137.

- GRILO, Márcia, “Na margem direita do Guadiana face a Espanha”, *Vila Real de Santo António e o Urbanismo Iluminista*, Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, Vila Real de Santo António, 2010, pp. 12-57.
- “Inscrição portuguesa descoberta na África do Sul”, in *Oceanos*, Nº4, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos, Lisboa, Julho de 1990, pp. 17-18.
- LACERDA, Teresa, *Os Capitães das Armadas da Índia no reinado de D. Manuel I – uma análise social*, Dissertação de mestrado em História e Arqueologia da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses apresentado à UNL, Lisboa, 2006.
- LAMEIRA, Francisco & SANTOS, Maria Helena Rodrigues dos, *Visitação de Igrejas Algarvias – Ordem de São Tiago*, ADEIPA, Faro, 1988.
- LEITE, Duarte, *História dos Descobrimentos*, (coord. Vitorino Magalhães Godinho), Vol. II, Edições Cosmos, Lisboa, 1960.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Para o Estudo do Algarve Económico Durante o Século XVI*, Edições Cosmos, Lisboa, 1970.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, “Uma Sociedade Cristalizada”, *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, Colibri, Lisboa, 1999, pp. 274-277.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Concelhos e organização municipal na época moderna: Miunças 1*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.
- McINTYRE, Kenneth, *A Descoberta Secreta da Austrália – A façanha portuguesa 250 anos antes do Comandante Cook*, Fundação Oriente/Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989.
- OLIVEIRA, Ataíde de, *Monografia do Concelho de Vila Real de Santo António*, Algarve em Foco Editora, Faro, 1999.
- PERES, Damião, “Política de sigilo: extensão e natureza do sigilo quanto à actividade descobridora e à técnica de navegação; o sigilo na História oficial; Conclusão”, *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Vol. II, Editorial Ática, Lisboa, 1939, pp.17-21.
- PESSANHA, Fernando, *As Guarnições Militares nas Praças Portuguesas da Região da Duquela, no Algarve Dalém-mar*, Dissertação de mestrado em História do Algarve apresentada à Universidade do Algarve, Faro, 2012.
- PESSANHA, Fernando, *Os 500 anos da Fundação de Arenilha – Memórias de uma «vileta» nascida no decurso da Expansão Portuguesa*, Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, Vila Real de Santo António, 2014.

- PESSANHA, Fernando, *Subsídios para a História do Baixo Guadiana e dos Algarves Daquém e Dalém-mar*, Edições Mandil, Olhão, 2014,
- PESSANHA, Fernando, “V Centenário da Fundação de Santo António de Arenilha e a sua relação com Ayamonte”, *XVIII Jornadas de História de la muy noble y leal Ciudad de Ayamonte*, Ayuntamiento de Ayamonte, Ayamonte, 2014, pp. 77-95.
- PESSANHA, Fernando, “Luís Leite – Nomeado alcaide de Arenilha há 460 anos”, *Jornal do Baixo Guadiana*, Nº180, Junho de 2015, p. 21.
- PESSANHA, Fernando, “Luís Leite de Vasconcelos, alcaide de Arenilha – Acusado pela inquisição de sodomia?!”, *Jornal do Baixo Guadiana*, Nº183, Setembro de 2015, p. 21.
- PESSANHA, Fernando, “Ayamonte nos Processos da Inquisição do Arquivo Nacional da Torre do Tombo”, *XX Jornadas de História de la muy noble y leal Ciudad de Ayamonte*, Ayuntamiento de Ayamonte, Ayamonte, 2016, pp. 13-28.
- PESSANHA, Fernando, “Ayamonte na Expansão Portuguesa para o Norte de África”, separata das *XXI Jornadas de História de la muy noble y leal Ciudad de Ayamonte*, Editora Guadiana, Vila Real de Santo António, 2017.
- PESSANHA, Fernando, “Ataques da pirataria à foz do Guadiana e a acção de António Leite, alcaide-mor de Arenilha”, *Anais do Município de Faro*, Vol. XL, Câmara Municipal de Faro, Faro, 2018, pp. 63-94.
- PINTO, Pedro, “Índice Analítico das Cartas dos Governadores de África na Torre do Tombo”, *Anais da História de Além-Mar*, Vol. XI, UNL/CHAM, Lisboa, 2010, pp. 249-380.
- PISSARRA, José Vergílio Amaro, “Vasco Fernandes César, capitão da Armada do Estreito”, *A Guerra Naval no Norte de África (séculos XV – XIX)*, Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 2003, pp. 139-156.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal – Volume II – A Fundação do Estado Moderno (1415-1495)*, Editorial Verbo, Lisboa, 1978.
- SERRÃO, Joel (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, 9 vols., Figueirinhas, Porto, s/d.
- SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa e, *A Ordem de Cristo (1417 – 1521) - Militarium Ordinum Analecta*, Nº6, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 2002.
- SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa e & PIMENTA, Maria Cristina, “As ordens de Santiago e de Cristo e a fundação do Estado da Índia. Uma

- perspectiva de estudo”, *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*, João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues (coord.), UNL/CHAM, Lisboa, 2004, pp. 349-361.
- SILVA, José Manuel Azevedo e, “Diogo Pacheco, capitão-mor da primeira expedição portuguesa à Austrália, em 1519”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, N°7, Universidade de Coimbra/CHSC, Coimbra, 2007, pp. 111-125.
- SILVA, José Manuel Azevedo e, “Viagens e mistérios nos mares da Indonésia e da Austrália, no século XVI”, *Portugueses na Austrália: as Primeiras Viagens*, Carlota Simões & Francisco Contento Domingues (coord.), Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013, pp. 9-20.
- SIMÕES, Carlota & Domingues, Francisco Contento (coord), *Portugueses na Austrália: as Primeiras Viagens*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.
- THOMAZ, Luís Filipe, “A expedição de Cristóvão de Mendonça e o descobrimento da Austrália”, *Portugueses na Austrália: as Primeiras Viagens*, Carlota Simões & Francisco Contento Domingues (coord.), Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013, pp. 59-126.
- TRICKETT, Peter, *Para Além de Capricórnio. Como os navegadores portugueses descobriram e cartografaram secretamente a costa da Austrália e da Nova Zelândia, 250 anos antes da chegada do capitão Cook*, Caderno, Lisboa, 2008.
- VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de, *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder (séculos XIV a XVI)*, Dissertação de doutoramento em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2008.
- VENTURA, Margarida, “Os coutos de Homiziados nas fronteiras com o direito de asilo”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2ª série, Vol. 15, Universidade do Porto, Porto, 1998, pp. 601-625.

Fecha de recepción: 16-03-2018

Fecha de aceptación: 18-06-2018

